

Relatório de Auditoria 2021

Conselho Fiscal



**Gerencial
Rondônia**



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL

CONSELHO FISCAL RELATÓRIO DE AUDITORIA

DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDÔNIA

**Auditores: Josenildo Viana Lima
Juliana de F. Venâncio Marcello
Maria Beatriz Figueiredo**

<u>Índice</u>	
Introdução	1
Administração	2
1. PONTOS EM DESTAQUE	3
<u>SEDE</u>	
2. ÁREA FINANCEIRA	
2.1 TESOUREARIA	7
2.1.1 Caixa	7
2.1.2 Fundo Rotativo	7
2.1.3 Valores a Receber	8
2.1.4 Outros	10
2.2 ORÇAMENTO E ARRECADAÇÃO	11
2.3 CONTABILIDADE	13
2.3.1 Obrigações Acessórias	13
2.3.2 Registros Contábeis	15
2.3.3 Almoxarifado	18
2.3.4 Processos Envolvendo o Senac	18
3. ÁREA ADMINISTRATIVA	
3.1 COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS	20
3.1.1 Compras	21
3.1.2 Licitações	22
3.1.3 Contratos	24
3.2 PESSOAL	24
3.2.1 Folha de Pagamento	24
3.2.2 Benefícios	28
3.2.3 Registro de Ponto	29
3.2.4 Programas de Saúde	29
3.2.5 Processos de Seleção	30
3.3 PATRIMÔNIO	30
3.3.1 Imobilizado	30
3.3.2 Segurança Patrimonial	31
3.4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	32
4. ÁREA FINALÍSTICA	
4.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL	33
4.1.1 Produção Institucional	33

4.1.2 Programas de Aprendizagem	35
---------------------------------------	----

UNIDADE OPERATIVAS

5. CEP JARU

5.1 Área Financeira	37
5.1.1 Tesouraria	37
5.2 Área Administrativa	38
5.2.1 Outros.	38
5.3 Área Finalística	38
5.3.1 Secretaria de Cursos	38

6. CEP ARIQUEMES

6.1 Área Financeira	39
6.1.1 Tesouraria	39
6.1.2 Fundo Rotativo	39
6.2 Área Administrativa	40
6.2.1 Outros	40
6.3 Área Finalística	40
6.3.1 Secretaria de Cursos	40

ANEXOS

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2021.

À
Senhor Chefe da
Assessoria Técnica do
Conselho Fiscal do Senac

Apresentamos o **Relatório Gerencial**, contendo comentários sobre os exames e procedimentos de auditoria aplicados e observações sobre controles internos e registros contábeis, decorrentes de fatos que vieram a nosso conhecimento, quando da aplicação de testes seletivos, executados através do método da amostragem da relevância setorial, para fins de cumprimento das normas de auditoria geralmente aceitas.

Assim, é possível que, em futuras visitas ou revisões específicas, sejam reveladas outras áreas passíveis de melhoria, comentários e procedimentos de auditoria adicionais.

Os comentários aqui apresentados têm por finalidade contribuir para aperfeiçoar os controles internos e registros contábeis, de modo a proporcionar à administração maior segurança sobre as transações realizadas, respectivas contabilizações e também sobre a guarda e proteção dos ativos.

Para melhor entendimento, dividimos o relatório em:

- Observações e recomendações decorrentes dos trabalhos realizados no período de 13 de outubro a 5 de novembro de 2021, tendo como base o período de setembro de 2019 a agosto de 2021.
- Comentários sobre a extensão dos exames e procedimentos de auditoria, aplicados conforme o *Plano Anual de Auditoria do Conselho Fiscal (PAACF)*.

Este relatório destina-se ao uso exclusivamente interno da administração da Entidade e refere-se somente aos procedimentos aqui mencionados, não se aplicando às Demonstrações Contábeis tomadas como um todo, e seu conteúdo, no todo ou em parte, não poderá ser divulgado a terceiros sem a prévia e expressa autorização do Conselho Fiscal. Desta forma, aquele que porventura divulgar o conteúdo deste relatório, sem a necessária autorização, assume de forma total e exclusiva a responsabilidade por tal ato e suas consequências.

ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO

- Presidente – Raniery Araujo Coelho
- Diretor-regional – Nina Cátia Alexandre Cavalcante
- Diretora da Divisão Administrativa e Finanças – Giselle Araújo dos Santos
- Coordenadora de Formação Profissional – Hellen Virginia da Silva Alves
- Supervisor de Contabilidade e Custo – Fabrício Gomes da Silva

SEDE

A Sede da Administração Regional está localizada na Rua Tabajara, nº 539 – Bairro Panair – Porto Velho – Rondônia.

UNIDADES OPERATIVAS

O Senac/RO conta com sete Centros de Educação Profissional nas cidades de Porto Velho, Ariquemes, Ji Paraná, Jaru, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena; e três Unidades Móveis sendo duas de Informática e uma de Gestão.

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES, DECORRENTES DOS TRABALHOS REALIZADOS

1. PONTOS EM DESTAQUE

Apresentamos a seguir os tópicos merecedores de destaque:

1.1 DISPONIBILIDADE E RESERVA

Em 31/8/2021, o saldo contábil do “Caixa e Equivalentes de Caixa” apresentava o total de R\$ 8.256.643,95, assim composto:

(Em R\$)			
Bancos c/ Movimentos			
Banco do Brasil	7.525,03		
Caixa Econômica Federal	<u>21.486,44</u>	<u>29.011,47</u>	
Aplicação Merc. Aberto			
Banco do Brasil	8.202.534,95		
Caixa Econômica Federal	<u>25.097,53</u>	<u>8.227.632,48</u>	<u>8.256.643,95</u>

Verificamos que a reserva financeira atingiu 194 dias em agosto de 2021, um aumento de 177 dias quando comparado com setembro de 2019, conforme demonstramos graficamente a seguir:



Conforme as variações apresentadas no gráfico, temos a destacar as seguintes situações:

- O aumento das disponibilidades em novembro/19 ocorreu devido a transferência de recursos do Departamento Nacional a título de investimento, no valor de R\$ 2.635.833,63;

- Em dezembro/19 o Departamento Nacional concedeu adiantamento da cota do compulsório no valor de R\$ 1.400.000,00 ao Departamento Regional, com objetivo de cobrir as rescisões contratuais realizadas no mês, entre elas a do Diretor Regional desligado em 29/11/19, o valor foi dividido em 20 parcelas de R\$ 70 mil cada;
- Outro fato relevante em dezembro/19, foi a devolução dos recursos destinados ao investimento no Departamento Regional, no valor de R\$ 2.346.299,52, decisão da nova Direção Regional, o que contribuiu para a redução das reservas em dias;
- Em janeiro/20 o ingresso em caixa dos recursos referente ao recebimento do décimo terceiro da contribuição compulsória, contribuiu para o aumento das disponibilidades no mês; e
- Em junho/20 foi encaminhado outro adiantamento financeiro do Departamento Nacional, no valor de R\$ 5.100.000,00, cujo objetivo era a reestruturação da área pessoal e implantação de novo plano de cargos e salários. Cabe destacar que de junho a dezembro/20 foram desligados 186 empregados, ou seja, uma redução de 56,7% do quadro de pessoal.

Com as medidas adotadas pela Direção do Regional, com a adequação das despesas correntes, podemos observar que a partir de janeiro/21 a reserva financeira vem subindo e em agosto/21 chegou a 194 dias.

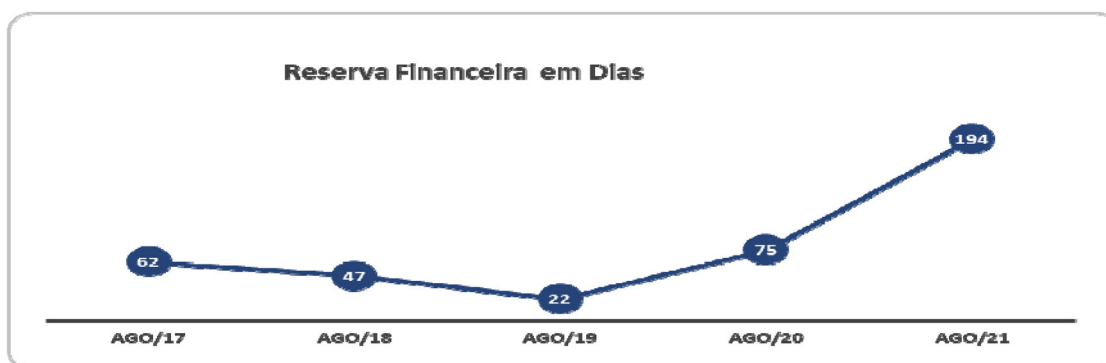
Demonstramos a seguir a evolução das disponibilidades e a redução da despesa corrente média, no período de junho/20 a agosto/21:

Mês/Ano	Despesa Corrente		Caixa e Equivalentes de Caixa	Reserva Financeira	
	No Mês	Média Últimos 12 meses		Coef.	Dias
jun/20	2.498.353,53	2.541.542,52	6.694.603,74	2,63	79
jul/20	918.200,32	2.374.886,92	6.130.796,49	2,58	77
ago/20	1.581.294,16	2.265.866,33	5.662.091,23	2,5	75
set/20	2.380.312,10	2.244.157,17	4.874.074,11	2,17	65
out/20	2.032.189,21	2.201.314,50	3.895.503,59	1,77	53
nov/20	1.041.135,79	2.029.203,84	3.884.095,43	1,91	57
dez/20	1.528.465,10	1.871.044,50	3.230.098,86	1,73	52
jan/21	1.296.128,36	1.816.190,39	5.009.149,01	2,76	83
fev/21	1.107.205,40	1.703.638,12	5.612.069,09	3,29	99
mar/21	1.117.569,29	1.586.592,73	5.817.306,98	3,67	110
abr/21	1.041.625,94	1.507.343,56	6.192.340,48	4,11	123
mai/21	953.192,59	1.457.972,65	6.984.608,17	4,79	144
jun/21	802.525,01	1.316.653,61	7.182.057,24	5,45	164
jul/21	1.002.013,03	1.323.638,00	7.675.343,83	5,8	174
ago/21	1.057.790,89	1.280.012,73	8.256.643,95	6,45	194

1.1.1 RESERVA FINANCEIRA HISTÓRICA

A seguir demonstramos o comportamento da Reserva Financeira nos meses de agosto de 2017 a 2021:

Mês/Ano	Caixa e Equivalentes de Caixa em R\$	Despesa Corrente Média (12 meses)	Reserva Financeira	
			Coef.	em Dias
ago/17	5.078.469,03	2.443.721,01	2,08	62
ago/18	3.710.326,58	2.330.563,52	1,59	47
ago/19	1.926.145,26	2.525.189,82	0,76	22
ago/20	5.662.091,23	2.265.866,33	2,49	75
Ago/21	8.256.643,95	1.280.012,73	6,45	194



Em agosto de 2020, a reserva financeira em dias, teve um aumento quando comparado com anos anteriores devido ao adiantamento de recursos financeiros do Departamento Nacional, que refletiu no total do caixa e equivalente de caixa e consequentemente no aumento da reserva em dias.

Para agosto de 2021, observamos a redução de 43,51% das despesas correntes, quando comparada com o período anterior, tal fato justifica o crescimento da reserva financeira em dias.

1.1.2 ÍNDICES FINANCEIROS

Conforme posição do balancete de agosto/21, demonstramos a seguir os índices de liquidez contábil (imediato, corrente e geral):

a) Índice de Liquidez Imediato: $\frac{\text{Caixa Equiv. de Caixa}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{\text{R\$ 8.256.643,95}}{\text{R\$ 10.804.558,62}} = 0,76$

Em agosto/21, existiam R\$ 0,76 em recursos de pronta utilização para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo, ou seja, R\$ 0,24 de compromissos não possuíam cobertura financeira.

b) Liquidez Corrente: $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{\text{R\$ 13.202.472,02}}{\text{R\$ 10.804.558,62}} = 1,22$

Em agosto/21, existiam R\$ 1,22 em recursos disponíveis, bens e direitos a curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida.

c) Liquidez Geral: $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}} = \frac{\text{R\$ 13.397.721,93}}{\text{R\$ 25.455.065,92}} = 0,53$

Em agosto/21, existiam R\$ 0,53 em recursos de pronta utilização para cada R\$ 1,00 de dívida a curto prazo e longo prazo, ou seja, R\$ 0,47 de compromissos não possuíam cobertura financeira.

Observamos que o Regional, conforme os índices de liquidez, não possui recursos suficientes em caixa ou equivalente de caixa para garantir os pagamentos de forma imediata e de longo prazo.

Recomendamos que a administração do Regional continue na busca do equilíbrio financeiro, propondo ações para reduzir despesas e elevar os recursos provenientes de vendas de cursos, com vistas a aumentar as disponibilidades.

SEDE

2. ÁREA FINANCEIRA

2.1 TESOURARIA

2.1.1 CAIXA

Verificamos que a administração do Regional não mantém numerários em espécie no caixa da Sede Administrativa, sendo os pagamentos realizados por meio do sistema bancário.

2.1.2 FUNDO ROTATIVO

Conforme a Resolução 035/2020, a administração do Regional instituiu o fundo rotativo para o Setor de Compras da Sede e para as demais Unidades Operativas, como demonstramos a seguir:

Unidades	Valor – R\$
Setor de Compras	2.000,00
Unidades Operativas Esplanada, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena	2.000,00
Unidades Operativas Jaru, Pimenta Bueno e Ariquemes	1.000,00

No dia 3/11/2021, efetuamos a conferência do saldo de R\$ 1.447,56 do cartão pré-pago, referente ao fundo rotativo do Setor de Compras da Sede Administrativa e constatamos regularidade para os R\$ 552,44 em despesas realizadas de pronto pagamento, que somados confere com o total de R\$ 2.000,00 disponibilizado para o setor.

2.1.3 VALORES A RECEBER

Em 31/8/2021, a conta contábil de Receitas de Atividades a Receber possuía o montante de R\$ 4.376.454,22, assim representado:

Em reais	
Receita de Atividades a Receber	Saldo em 31/8/2019
Boleto	1.337.989,11
Cartão	132.481,58
Pronatec	2.905.983,53
Total	4.376.454,22

Conforme o Código de Contabilidade e Orçamento – Codeco, o registro contábil considera os títulos até dois anos de vencido, após esse período será efetuada a baixa com a aprovação do Conselho Regional, no entanto, permanecem ativos nos registros financeiros.

Cabe mencionar que o Departamento Regional não atende o previsto no Regulamento, de acordo com os pontos a seguir:

2.1.3.1 DIFERENÇA ENTRE SISTEMA CONTÁBIL E FINANCEIRO

Verificamos que os valores de boletos a receber, em 31/8/2021, apresentava divergência entre o sistema contábil (MXM) e o sistema financeiro (Mira), no montante de R\$ 599.386,02. A seguir demonstramos as divergências por Unidade:

Em R\$				
Conta	Descrição	Saldo MXM	Saldo Mira	Divergências
1.1.2.1.1.03.01.001	Senac Esplanada	175.566,25	105.756,64	69.809,61
1.1.2.1.1.03.01.002	Senac Cacoal	407.589,40	219.605,42	187.983,98
1.1.2.1.1.03.01.003	Senac Ji-Paraná	77.314,55	51.070,97	26.243,58
1.1.2.1.1.03.01.004	Senac Vilhena	250.432,84	87.623,33	162.809,51
1.1.2.1.1.03.01.005	Senac Jatuarana	3.864,58	0,00	3.864,58
1.1.2.1.1.03.01.009	Senac Pimenta Bueno	91.480,52	51.667,75	39.812,77
1.1.2.1.1.03.01.011	Senac Nasser	5.351,78	400,00	4.951,78
1.1.2.1.1.03.01.012	Senac Ariquemes	317.738,60	218.649,60	99.089,00
1.1.2.1.1.03.01.014	Senac Jaru	8.329,57	3.829,38	4.500,19
1.1.2.1.1.03.01.017	Casa Preta	321,02	0,00	321,02
Total		1.337.989,11	738.603,09	599.386,02

Conforme informações do setor financeiro, o saldo dos valores a receber não vem sendo conciliado de maneira a garantir ao Departamento Regional o montante real a receber, o que interfere nos cálculos dos índices econômicos e distorce a realidade financeira da Entidade.

Recomendamos que seja:

- a) realizada a baixa contábil dos títulos vencidos há mais de dois anos, permanecendo ainda ativos no sistema financeiro, mesmo após sua prescrição; e
- b) conciliado o saldo do sistema financeiro e contábil de forma a proceder os ajustes cabíveis.

2.1.3.2 DIVERGÊNCIA ENTRE SALDO CONTÁBIL E FINANCEIRO - PECLD

Em 31/8/2021, o saldo das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD registrado na contabilidade era de R\$ 3.305.559,34, sendo R\$ 2.905.983,53 correspondentes a valores a receber do Pronatec, e R\$ 399.575,81 de boletos vencidos.

Com base na posição financeira e no que determina o Codeco, os valores vencidos há mais de 180 dias e até dois anos dos boletos totalizavam R\$ 176.041,55, apresentando assim uma diferença de R\$ 223.534,26.

Recomendamos que o registro contábil da PECLD e os relatórios financeiros analíticos sejam conciliados, de forma a atender o Codeco.

2.1.3.3 CARTÃO DE CRÉDITO – AUSÊNCIA DE RELATÓRIOS FINANCEIROS

Na data base de 31/8/2021, identificamos um saldo na conta contábil 1.1.2.1.1.03.01.023 – Cartão Cielo a receber de R\$ 132.481,58.

Solicitamos os relatórios financeiros para ratificarmos o saldo contabilizado e foram apresentados relatórios da operadora dos cartões informando os recebimentos e vendas ocorridas no mês, sem que fosse disponibilizado extrato ou composição do saldo.

Recomendamos que os registros contábeis dos valores a receber da conta de cartões de créditos, sejam suportados por extratos das operadoras dos cartões, bem como relatórios financeiros, transmitindo assim uma maior fidedignidade aos saldos.

2.1.3.4 INADIMPLÊNCIA

De acordo com os controles financeiros (sistema Mira), em 31/8/2021 o Senac/RO apresentava a inadimplência no total de R\$ 1.136.585,58, títulos registrados desde 2005. A seguir, apresentamos a distribuição por Unidade:

Em reais

Unidades *	De 2005 até 2016	2017	2018	2019	2020	até agosto/2021	Total
Senac Esplanada	274.030,61	18.718,73	22.392,79	18.864,12	12.653,36	11.783,29	358.442,90
Senac Cacoal	44.999,13	12.670,05	24.955,00	28.343,50	25.643,58	98.853,98	235.465,24
Senac Vilhena	146.968,49	5.448,80	5.107,58	15.561,36	14.812,99	21.872,94	209.772,16
Senac Ariquemes	8.250,32	3.021,70	4.238,05	11.197,22	32.330,50	42.343,09	101.380,88
Senac Pimenta Bueno	234,30	4.396,56	8.414,63	12.148,40	14.778,34	8.762,82	48.735,05
Senac Ji Paraná	34.869,28	6.755,67	6.691,75	7.026,89	8.730,69	6.957,71	71.031,99
Senac Jatuarana	41.613,93	5.669,71	4.774,51	165,00	-	-	52.223,15
Senac Jaru	1.440,00	4.155,67	6.222,62	0,00	413,12	168,26	12.399,67
Senac Nasser	4.431,07	260,00	1.792,08	2.510,26	-	-	8.993,41
Senac Zona Leste	35.662,11	1.098,00	-	-	-	-	36.760,11
Senac Candeias	340,00	180,00	-	-	-	-	520,00
Senac Casa Preta	-	150,00	-	321,02	-	-	471,02
Senac Rolim de Moura	65,00	135,00	-	-	-	-	200,00
Senac Santa Luzia	115,00	-	-	-	-	-	115,00
Senac Chupinguaia	75,00	-	-	-	-	-	75,00
Total Geral	593.094,24	62.659,89	84.589,01	96.137,77	109.362,58	190.742,09	1.136.585,58

* Valores não contemplam títulos a receber do Pronatec.

Como observado, a maior concentração dos títulos vencidos e não recebidos são provenientes das Unidades Esplanada, Cacoal e Vilhena, que juntas representou até agosto/2021 o total de 71% dos valores inadimplentes.

Em análise dos boletos vencidos e não recebidos com até cinco anos, que corresponde ao valor total de R\$ 572.426,63 em 2.282 títulos, destacamos:

- Todos os títulos em nome de pessoas físicas;
- Ausência da efetiva ação de cobrança e política específica para o assunto; e
- 11 Títulos cujos valores são inferiores a R\$ 50,00.

Recomendamos análise individualizada dos títulos vencidos, ação de recuperação dos créditos e efetiva cobrança. Após esgotadas todas as possibilidades de recebimento, solicitar baixa contábil ao Conselho Regional.

2.1.4 OUTROS

2.1.4.1 MULTAS PAGAS SEM APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E ANUÊNCIA DO CONSELHO DO REGIONAL

Identificamos multas de trânsito pagas sem apuração de responsabilidade, bem como reconhecidas como despesa sem a anuência do Conselho Regional, conforme relacionadas a seguir:

Veículo	Tipo	Placa do Veículo	Data da Infração	Natureza da Infração	Data da Emissão do Documento	Data de Vencimento	Valor (em R\$)
Iveco / Vertis	Caminhão	NCB7602	25/8/2019	Veículo em mau estado, placa sem visibilidade e ausência de equipamento obrigatório.	18/2/2021	14/4/2021	547,14
Trail Blazer	Utilitário	OHQ2204	6/11/2017 e 3/10/2018	Velocidade superior a máxima permitida e ultrapassar pela contramão em linha contínua amarela.	4/2/2021	26/2/2021	1.685,78
S 10	Caminhonete	NDI3746	21/8/2019	Passageiro sem cinto de segurança.	4/2/2021	26/2/2021	203,94
Onix	Automóvel	NDA7446	22/8/2018 e 30/10/2018	Uso de telefone celular e avançar ao sinal vermelho.	4/2/2021	26/2/2021	639,68
Montana	Caminhonete	NCN6635	9/10/2019	Uso de telefone celular.	18/2/2021	26/2/2021	134,99
Montana	Caminhonete	NCN6545	12/12/2019	Transitar em faixa ou via exclusiva regulamentada para transporte público coletivo.	18/2/2021	26/2/2021	296,40
Mercedes Bens	Microônibus	OHV7767	17/12/2018	Transitar em velocidade superior a máxima permitida.	18/2/2021	26/2/2021	137,19

Conforme informado pelo setor de Patrimônio, as multas só vieram ao conhecimento da administração do Regional em fevereiro/2021, o que impossibilitou a apuração de responsabilidade, pois os colaboradores identificados já não faziam mais parte do quadro de empregados do Regional.

Recomendamos que seja aprimorado o controle patrimonial sobre infrações de trânsito, criando rotina de consultas frequentes, de forma a apurar a responsabilidade tempestivamente e levando a conhecimento do Conselho Regional.

2.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

De acordo com a execução orçamentária dos exercícios de 2019, 2020 e do período de janeiro a agosto de 2021, demonstramos os seguintes resultados orçamentários:

• Exercício 2019

Conforme Demonstração da Execução Orçamentária do exercício de 2019, o Regional apresentou resultado deficitário de R\$ 7.355.388,40, conforme demonstrado:

Descrição	Receitas			Despesas		
	Prevista	Arrecadada	%	Autorizada	Realizada	%
Correntes	43.437.300,00	28.642.576,58	66%	34.059.600,00	31.940.149,15	94%
Capital	-	-	-	9.377.700,00	4.057.815,83	43%
Total	43.437.300,00	28.642.576,58	66%	43.437.300,00	35.997.964,98	83%
Resultado					(7.355.388,40)	

Em R\$

Cabe informar que conforme justificado na Prestação de Contas 2019, os principais excessos nos elementos de despesas ocorreram nas seguintes contas:

- Obrigações Patronais - ultrapassando o valor orçado em R\$ 884.918,44 decorrente a maior provisão de encargos do INSS; e

- Outros Serv. Terceiros de Pessoa Jurídica - ultrapassando o valor em R\$ 1.028.517,35 decorrente aos avisos de lançamentos entre regionais e aquisições de licenças de programas de informática.

Destacamos ainda, que a receita arrecadada de serviços educacionais foi de R\$ 4.437.071,74 para o valor previsto de R\$ 14.111.700,00, a menor em 68,56%, o que impactou o resultado do exercício.

• Exercício 2020

A previsão orçamentária inicial de 2020 era de R\$ 34.543.200,00 passando para R\$ 36.385.500,00 na Reformulação Orçamentária. No exercício, o resultado orçamentário foi deficitário em R\$ 3.444.871,72, conforme demonstrado:

Em R\$						
Descrição	Receitas			Despesas		
	Prevista	Arrecadada	%	Autorizada	Realizada	%
Correntes	36.385.500,00	22.313.460,32	61%	28.717.200,00	22.452.533,96	78%
Capital	-	53.100,00	-	7.668.300,00	3.358.898,08	44%
Total	36.385.500,00	22.366.560,32	61%	36.385.500,00	25.811.432,04	71%
Resultado						(3.444.871,72)

Observa-se que a receita corrente arrecadada ficou aquém da prevista, em função dos reflexos causados pela Pandemia do Covid-19, que por meio da Medida Provisória 932/2020 reduziu em 50% a receita compulsória por um período de 3 meses (maio, junho e julho de 2020), somadas as medidas de distanciamento social e fechamento obrigatório das escolas e comércio.

Adicionalmente, as despesas correntes, também impactadas pela pandemia, ficaram aquém do valor autorizado em função das medidas tomadas pelo Regional para o combate a Covid-19 como o afastamento de empregados com adesão ao trabalho remoto, redução da circulação de pessoas nas dependências físicas do Regional, redução de salário e da jornada de trabalho. Da mesma forma, as despesas de capital realizadas corresponderam 44% do orçado uma vez que os investimentos previstos para 2020 foram adiados por conta das licitações que foram fracassadas ou não realizadas.

Destacamos ainda, que a receita arrecadada de serviços educacionais foi de R\$ 2.075.899,07 para o valor previsto de R\$ 9.846.444,00, a menor em 78,92% o que impactou o resultado do exercício.

• Exercício 2021

Apresentamos a Demonstração da Execução Orçamentária no período de janeiro a agosto de 2021, onde o Regional obteve resultado orçamentário superavitário em R\$ 5.863.538,65, conforme demonstrado:

Descrição	Receitas			Despesas		
	Prevista (*)	Arrecadada (*)	%	Autorizada (*)	Realizada (*)	%
Correntes	17.063.880,00	14.219.609,16	83%	14.408.280,00	8.378.050,51	58%
Capital	22.800,00	34.200,00	150%	2.678.400,00	12.220,00	0%
Total	17.086.680,00	14.253.809,16	83%	17.086.680,00	8.390.270,51	49%
Resultado				5.863.538,65		

(*) Período de janeiro a agosto/2021

Observa-se que a despesa corrente realizada ficou aquém da autorizada, em função de que os cursos estavam sendo ministrados remotamente reduzindo desta forma as despesas executadas de Material de Consumo, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e quanto as Despesas de Capital, foi autorizado o projeto de modernização das Unidades, que está em fase de licitação.

Recomendamos que o Regional envide esforços para cumprir o orçamento planejado.

2.2.1 AUSÊNCIA DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA A CONTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS EMPREGADOS

A Resolução Senac 1.101/2018 de dezembro de 2018 aprovou a atualização do Plano de Subatividades, que desdobra a Classificação Funcional Programática, para ser aplicado a partir de 2019.

Verificamos que para o exercício de 2021, não houve previsão orçamentária para as despesas da atividade 06.05.2020.01.03 – Assistência Social aos Empregados da área administrativa, referente a conta de vale alimentação. Ressaltamos que em 31/8/2021, a despesa realizada dessa atividade era de R\$ 595.531,37 e desse montante, conforme informações da área de Orçamento, R\$ 242.581,50 era da área administrativa.

Recomendamos atender a Resolução do Senac e o Codeco, quanto ao desdobramento da Classificação Funcional Programática.

2.3 CONTABILIDADE

2.3.1 OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

2.3.1.1 CADASTRO NACIONAL DE PESSOA JURÍDICA

Verificamos que o CEP Esplanada e a Sede administrativa do Departamento Regional funcionam no mesmo endereço, sito à Rua Tabajara, 539 – Panair, porém,

utilizam um único Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ 03.581.871/0001-34).

Destacamos que o art. 3º da Instrução Normativa da RFB 1.634, de 6/5/2016, prevê que todas as entidades domiciliadas no Brasil e a cada um de seus estabelecimentos localizados no Brasil, estão obrigados a possuir CNPJ, antes do início de suas atividades.

Recomendamos que seja realizado o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para a Unidade Esplanada.

2.3.1.2 AUSÊNCIA DA LICENÇA DE CORPO DE BOMBEIROS E ALVARÁS DE FUNCIONAMENTO

Identificamos que o alvará do Corpo de Bombeiros, referente a Unidade Cacoal (CNPJ 03.581.871/0002-15), não foi emitido em função de exigências de adaptação necessárias à Unidade.

Fomos informados pela Diretoria do Regional que as exigências levantadas farão parte de um projeto de reforma da Unidade, cujo provejo/avaliação para a reforma está em andamento pelo Senac/RO.

Por este motivo a Unidade também não possui os alvarás de funcionamento e sanitário.

A falta dos alvarás de funcionamento e de vistoria do corpo de bombeiros pode pôr em risco a vida dos ocupantes do imóvel, bem como dificultar ações junto à seguradora em caso de eventual sinistro.

Recomendamos a obtenção da documentação com a maior brevidade possível.

2.3.1.3 UNIDADES SEM PRODUÇÃO COM CADASTRO ATIVO NA RECEITA FEDERAL

Verificamos que constam ativos os Cadastros Nacionais de Pessoa Jurídica (CNPJ) de Unidades cujas atividades foram encerradas/não possuem produção, conforme a seguir:

Número CNPJ	Unidade	Endereço	Data de Abertura
03.581.871/0005-68	Senac Zona Leste	Rua Alexandre Guimarães 7669, Porto Velho.	16/10/2008
03.581.871/0006-49	Senac Jatuarana	AV Campos Sales 2.666, Porto Velho.	16/10/2008
03.581.871/0008-00	Senac Centro	Rua General Ozório 92, Porto Velho.	28/6/2013

Fomos informados pela Gerência de Contabilidade e Orçamento que:

- a) os CNPJs referentes às Unidades Zona Leste e Centro não foram solicitadas as respectivas baixas, pois à época, havia a previsão da utilização desses CNPJs para fazer o desmembramento dos aferidores de energia solar, projeto este que ainda não foi executado; e
- b) o CNPJ da Unidade Jatuarana permanece ativo em função do Senac/RO utilizar o espaço como guarda documental. Contudo, o CNPJ possui como atividade principal “outras atividades de ensino não especificadas anteriormente”, atividade que diverge da finalidade da utilização do espaço atual.

Recomendamos que a administração do Regional avalie a manutenção dos respectivos cadastros, e realize as baixas dos CNPJs caso não sejam mais utilizados como atividade finalística, de forma a atender a Instrução Normativa RFB 1.634, de 6/5/2016.

2.3.2 REGISTROS CONTÁBEIS

2.3.2.1 AUSÊNCIA DE ANÁLISE E CONCILIAÇÃO DE SALDOS CONTÁBEIS

Verificamos que o departamento contábil não realiza análise e/ou conciliações dos saldos registrados nas contas contábeis, como por exemplo para as rubricas que apresentam saldos sintéticos, onde necessitam de controle extracontábil para obter a sua composição analítica.

As análises e conciliações dos saldos contábeis têm por objetivo transformar os dados extraídos das demonstrações em informações úteis tanto para suportar a regularização tempestiva de valores, quanto para auxílio na tomada de decisões pela Administração, principalmente daqueles saldos que vêm se mantendo estáticos.

Recomendamos que sejam realizadas, de forma rotineira e tempestiva as análises/conciliações contábeis, de forma a identificar e regularizar eventuais distorções, auxiliando a tomada de decisões do Regional.

2.3.2.2 SALDO CONTÁBIL DE RECEITA A EXECUTAR PARA UNIDADES ENCERRADAS

Conforme o balancete de agosto/2021, identificamos saldos estáticos a mais de um ano referente a receita a executar em Unidades Operativas cujas atividades foram encerradas, conforme demonstramos a seguir:

Conta Contábil	Unidade	Saldo – R\$
2.1.8.9.1.05.01.019	São Tiago	39.762,61
2.1.8.9.1.05.01.026	Santa Luzia	4.874,80
2.1.8.9.1.05.01.027	Ouro Preto	4.486,20
2.1.8.9.1.05.01.028	Casa Preta	9.637,76
2.1.8.9.1.05.01.029	Escola do Legislativo	137,56
2.1.8.9.1.05.01.031	Chupinguaia	237,42

Conta Contábil	Unidade	Saldo – R\$
2.1.8.9.1.05.01.032	Rolim de Moura	13.023,20
Total		72.159,55

Recomendamos analisar os saldos registrados no passivo, solicitando a baixa contábil ao Conselho Regional para aqueles julgados não realizáveis, conforme determina o Codeco.

2.3.2.3 FALTA DE SIGILO NAS INFORMAÇÕES ENCAMINHADAS À CONTABILIDADE

Constatamos que o Departamento Pessoal, envia de forma analítica à Contabilidade os arquivos base para os registros contábeis de provisão de férias, 13º salários e respectivos encargos. Desta forma, os arquivos informam o nome dos empregados e respectivos valores, dando publicidade a informações sigilosas, as quais devem ser somente do interesse do Departamento Pessoal e do empregado.

Lembramos que o Setor de Pessoal trabalha com documentos confidenciais, e que todas as informações referentes à folha de pagamento são restritas ao setor.

Recomendamos que as informações que são enviadas pelo Departamento Pessoal sejam feitas de forma sintética, visando resguardar os valores individuais dos empregados.

2.3.2.4 AUSÊNCIA DE REGISTRO CONTÁBIL NA CONTA DE IMOBILIZADO – TERRENOS

Verificamos a ausência do registro contábil no valor de R\$ 29.667,30 referente ao terreno doado pela Prefeitura Municipal de Jarú em 10/2/2014 ao Senac/RO. A avaliação consta na escritura pública de doação, do lote urbano 12/A da Quadra 2, Setor 2, Bloco “A”, situado na Rua Florianópolis com área de 493,13m².

Cabe mencionar que no terreno doado pela Prefeitura foi inaugurado o novo Centro de Educação Profissional – CEP/Jarú, cujo total da edificação foi no valor de R\$ 6.815.999,29.

Recomendamos que seja realizado o devido registro contábil na conta de terrenos, de forma a atender aos preceitos do Codeco.

2.3.2.5 DIVERGÊNCIA ENTRE OS REGISTROS CONTÁBEIS DE ALMOXARIFADO E A POSIÇÃO DO SISTEMA MXM

Identificamos a diferença de R\$ 94.142,24, quando confrontamos o montante de R\$ 1.026.784,98 registrados na contabilidade em 30/8/2021 na conta “1.1.5.6.1.01.01 Almojarifado”, com o saldo apresentado na posição do sistema MXM, que era de R\$ 1.120.927,22.

As diferenças eram provenientes das seguintes contas:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Contábil (em R\$)	Saldo Patrimônio (em R\$)	Dif.
1.1.5.6.1.01.01.002	Almoxarifado Editora	343.725,05	442.548,43	98.823,38
1.1.5.6.1.01.01.009	Almoxarifado Vilhena	79.201,38	74.520,24	(4.681,14)

Recomendamos a conciliação dos saldos e realização dos respectivos ajustes identificados, observando o que determina o Codeco, quanto aos ajustes e baixas de valores.

2.3.2.6 DIVERGÊNCIA ENTRE A POSIÇÃO DO JURÍDICO E O REGISTRADO NA CONTABILIDADE

Comparamos o saldo contábil de Provisão para Contingências de 31/8/2021 com a posição da Assessoria Jurídica e constatamos as seguintes divergências:

Nº da Conta	Descrição	Posição em 31/8/2019		
		Contábil	Ass. Jurídica	Divergência
2.2.7.1.1.01.01.001	Provisões para Contingências Trabalhistas	138.114,04	172.760,22	34.646,18
-	Esfera Federal	0,00	12.000,00	12.000,00

Conforme o quadro acima, foi informado na posição da Assessoria Jurídica, um processo na esfera Federal, cuja probabilidade de perda era provável, dessa forma deveria ter sido provisionado pela Contabilidade.

Recomendamos que o Senac/RO realize a conciliação dos valores atualizados dos processos passivos, cuja probabilidade de perda é provável com a posição contábil, e realize os devidos ajustes de forma a adequar o saldo contábil com a posição da Assessoria Jurídica.

2.3.2.7 DEPÓSITOS JUDICIAIS – DIVERGÊNCIA CONTÁBIL X JURÍDICO

Em 31/8/2021, constatamos divergência de R\$ 158.799,74 entre os valores registrados na conta contábil de depósitos restituíveis e valores vinculados quando comparamos com os valores de depósitos informados na base dos processos disponibilizada pela Assessoria Jurídica, a saber:

Conta Contábil	Descrição	Saldo Balancete 31/8/2021	Total Base Jurídico
1.2.1.2.1.06.01	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	195.249,91	36.450,17

Identificamos que a administração do Regional não vem contabilizando as atualizações monetárias referente aos saldos depositados judicialmente, conforme determina o Perguntas e Respostas do Codeco.

Cabe informar a ausência do registro analítico na conta contábil por processo judicial, e a falta de conciliação da composição do saldo com o relatório da posição da Assessoria Jurídica.

Recomendamos que:

- o departamento contábil faça a abertura de contas analíticas por processo e busque junto à Assessoria Jurídica a realização de conciliações dos valores, a fim de regularizar a divergência apontada; e
- busque a obtenção dos extratos dos depósitos judiciais, como forma de suportar os registros contábeis, atendendo assim ao que orienta o “Perguntas e Respostas” do Codeco.

2.3.3 ALMOXARIFADO

2.3.3.1 ALMOXARIFADO SEM MOVIMENTAÇÃO HÁ MAIS DE 365 DIAS

Com base na relação dos itens de almoxarifado emitida em 15/10/2021, identificamos itens sem movimentação há mais de um ano, cujos quantitativos e valores estão demonstrados a seguir:

Almoxarifado	Quantidade (itens)	Estoque (em R\$)
CTI	4.450	72.803,34
Almoxarifado Editora	33.822	422.683,68
Almoxarifado Esplanada	13.384	133.158,78
Total	51.656	628.645,80

A ausência de avaliação periódica dos itens de almoxarifados sem utilização eleva o saldo do ativo, gerando impacto nos índices econômico-financeiros.

Recomendamos avaliar e quantificar os itens inservíveis que constam no almoxarifado e realizar a baixa, mediante aprovação do Conselho do Regional.

2.3.4.1 CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PATRONAL (INSS)

A administração do Regional contratou o escritório Tinoco & Pires Sociedade de Advogados, com finalidade de prestação de serviços jurídicos em defesa dos direitos da Entidade nas hipóteses de proposituras de demanda judicial:

- a) objetivando a declaração de imunidade tributária em relação às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento, pleiteando não só a

exoneração do pagamento como também a recuperação de todos os valores recolhidos indevidamente a este título, nos últimos cinco anos;

- b) visando a exoneração do recolhimento de contribuições ao PIS e a recuperação do que foi pago indevidamente relativo aos últimos cinco anos; e
- c) visando a exoneração do recolhimento de contribuições a terceiros e a recuperação do que foi pago indevidamente relativo aos últimos cinco anos.

O contratado impetrou o processo 0001270-54.2016.4.01.4100, cuja probabilidade de perda atualmente é classificada como remota, movido contra a União Federal, referente ao pedido de exoneração das contribuições previdenciárias patronais (INSS). Não há valores depositados judicialmente sendo o valor registrado na conta 2.2.1.4.1.01.01.001 – INSS Patronal de R\$ 14.511.393,26 em 31/8/2021.

Em 29 de fevereiro de 2016, o Senac/RO obteve decisão judicial liminar, da 1ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia, emitida pelo Juiz Federal Dimis da Costa Braga, concedendo a suspensão da exigibilidade da contribuição previdenciária patronal prevista nos artigos 22, I a IV, e 23 da Lei 8.212/91, e decretando que a suspensão da exigibilidade de crédito tributário requeria, como requisito imprescindível, ou o depósito integral do débito ou a concessão de tutela antecipada em ação judicial.

A partir dessa decisão, o Senac/RO realizou a suspensão do pagamento do INSS patronal conforme decisão judicial. Entretanto, não veio realizando o depósito judicial, tampouco efetuou a antecipação de tutela, conforme estabelecido em decisão judicial.

Conforme assessores jurídicos, a última movimentação foi de remeter os autos do processo ao STJ, despacho datado em 5/10/2021.

Recomendamos, diante dos fatos, o cumprimento da decisão judicial preliminar, em observância ao princípio do conservadorismo, visto que a causa ainda não foi transitada em julgado.

3. ÁREA ADMINISTRATIVA

3.1 COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

De acordo com a Resolução Senac 958/2012, demonstramos no quadro a seguir os processos realizados no período de setembro/2019 a agosto/2021:

Modalidade	Quantidade			Em reais
	Cancelados	Homologados	Realizados	Valor Contratado
Dispensa	-	211	211	314.379,00
Inexigibilidade	-	4	4	115.384,34
Convite	-	2	2	88.080,00
Concorrência	1	16	17	805.722,26
Pregão Presencial	1	8	9	401.226,80

Modalidade	Quantidade			Valor Contratado
	Cancelados	Homologados	Realizados	
Pregão Eletrônico	1	17	18	4.208.535,73
Total	3	258	261	5.933.328,13

*Dados disponibilizados pela Gestão de Compras e Licitação.

3.1.1 COMPRAS

3.1.1.1 DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES

Conforme as planilhas apresentadas pelo Setor de Compras, foram realizados no período de setembro/2019 a agosto/2021, o total de 215 processos por dispensa e inexigibilidade que totalizaram R\$ 429.763,34. Selecionamos aleatoriamente para análise os processos a seguir:

Tipo	N.º do Processo	Data da Homologação	Objeto	Fornecedor(s)	Valor R\$
Inexigibilidade	001/2021	3/3/2021	Empresa para ministrar os cursos de Gerenciamento de Serviços de TI e Gestão da Segurança da Informação e Privacidade	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa-RNP	49.280,00
Inexigibilidade	006/2021	8/7/2021	Aquisição e instalação de peças para manutenção preventiva purificadores/bebedouros da marca Hoken	Heloisa Mendes Rocha	5.738,00
Dispensa	007/2019	23/10/2019	Contratação de empresa de banco de imagens	G&S Imagens do Brasil Ltda	8.760,00
Dispensa	10316	5/11/2019	Aquisição de ar-condicionado para atender o data center das Unidades do Senac/RO	Coimbra Importação e Exportação Ltda	27.540,00
Dispensa	10278	14/10/2019	Materiais de pesca para atender as Turmas de Condutor de Turismo de Pesca	S L Cordeiro da Silva ME	21.077,75
Dispensa	10327	4/11/2019	Aquisição de 8 racks	Wbx Racks Comercio de Informática Eireli	24.194,00
Dispensa	10511	23/4/2020	Serviço de transporte dos mobiliários e equipamentos do CEP/ NASSER	Transportes Marvil Ltda-ME	7.000,00
Dispensa	10673	25/5/2021	Serviço de elaboração de laudos técnicos, medição de obra e planilha de serviços das Unidades Porto Velho, Jaru e Ji-Paraná	Juliane Nakaioshi Correa	10.500,00
Dispensa	10707	21/6/2021	Serviço de elaboração de laudos técnicos, medição de obra e planilha de serviços das Unidades de Cacoal e Vilhena	Procad Construtora Engenharia e Arquitetura Ltda Me	12.000,00

Fonte: Seleção com base nas planilhas de Dispensa e Inexigibilidade (Anexo 18), apresentadas pela área de Compras.

Informamos que para os exercícios de 2019 e 2020 o Regional não possuía o controle das compras por objeto realizadas por dispensas, esse controle passou a ser realizado a partir de 2021.

3.1.1.2 FALTA DE EVIDÊNCIA DA EMPRESA CONTRATADA COMPROVANDO A NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO

Verificamos que na Inexigibilidade 001/2021, a justificativa da contratação foi baseada no artigo 10 inciso II que trata da contratação de serviços com empresa ou profissional de notória especialização, onde o Senac contratou a empresa Rede Nacional de Ensino e Pesquisa-RNP, para ministrar os cursos de gerenciamento de serviços de TI e gestão da segurança da informação e privacidade.

Conforme a documentação apresentada e justificada no termo de referência, faltou ser arquivado na pasta do processo o documento da empresa demonstrando que ela é de notória especialização.

Recomendamos que as contratações por inexigibilidade quando definidas como notória especialização, obtenha documentos da empresa que demonstra que ela se encaixa nessa definição.

3.1.1.3 PEDIDO DE COMPRA SEM A ASSINATURA DE AUTORIZAÇÃO DO PRESIDENTE

Verificamos que o pedido de compra 0471/2019, relacionado a Dispensa de licitação 10316, para a compra de 18 ar - condicionados adquiridos da empresa Coimbra Importação e Exportação Ltda, no valor de R\$ 27.540,00, não possuía a assinatura de autorização do Presidente.

A ausência de assinaturas para a aprovação no processo de compras além de fragilizar os controles internos geram dúvidas quanto a sua aprovação.

Recomendamos que o pedido de compra seja devidamente autorizado pelas alçadas competentes.

3.1.2 LICITAÇÕES

Conforme a relação das licitações realizadas no período de setembro/2019 a agosto/2021 selecionamos, aleatoriamente, os seguintes processos:

Número do Processo	Modalidade	Empresa Adjudicada/Arrematante	Objeto Licitado/Leiloado Conforme Edital	Data	Valor (em R\$)
001/2021	Convite	Silva Transportes Rodoviários Eireli	Transporte Rodoviário	26/6/2021	1.680,00
002/2021	Convite	Marques & Advogados Associados	Serviços Advocatícios	9/7/2021	86.400,00
003/2019	Concorrência	Unha & Cor Cosméticos Eireli - ME	Material de Beleza	17/9/2019	231.424,00
		Bela e Chic Indústria e Comércio de Cosméticos Especiais LTDA - EPP			41.220,00
		Tecnomed Dist. de Prod. Farmacêuticos e Médico Hospitalares LTDA			17.720,00
004/2019	Pregão Eletrônico	Seprol Comércio e Consultoria em Informática LTDA	Equipamentos de Informática	18/10/2019	2.405.890,00
		TJ Comércio de Produtos Eireli-ME			36.900,00
		Microtécnica Informática LTDA			182.947,78
		Acronet Corporativo Comércio e Serviços Eireli - ME			15.732,00
		Archilla e Archilla LTDA - ME			37.197,00
002/2020	Pregão Presencial	Prime Consultoria e Assessoria Empresarial LTDA	Cartão Combustível	13/11/2020	313.700,40

3.1.2.1 INCONSISTÊNCIA NA AUTORIZAÇÃO DA INSTAURAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Observamos que o processo licitatório Concorrência 003/2019, referente a aquisição de material de beleza, foi autorizado em 22/7/2019 pelo 1º vice-presidente. Contudo, conforme ROL de responsáveis apresentado na Prestação de Contas de 2019, o Presidente esteve ocupando a função de 1/1/2019 a 31/12/2019, sem quaisquer ausências.

O ROL é o documento que informa as ausências dos Responsáveis que realizaram gestão durante determinado período, e deve mencionar quaisquer ausências de forma que seja observado os respectivos substitutos.

Recomendamos que o ROL dos Responsáveis seja elaborado observando as vacâncias do período, suportando as aprovações realizadas pela autoridade competente.

3.1.2.2 FALHA NO PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Identificamos que o Convite 001/2021, referente a contratação de transporte rodoviário, não apresentou no Termo de Referência, documento base para a elaboração do Edital da licitação e do contrato de prestação de serviços, a previsão de forma clara e bem definida do valor a ser cobrado para os fretes acima de 10 kg.

Observamos ainda, que as faturas cobradas no período analisado não foram acompanhadas de memória de cálculo para os fretes cobrados acima do valor mínimo definido em contrato (acima de 10 kg), gerando dúvidas ao gestor do contrato ao revisar as faturas.

Recomendamos a melhor definição do objeto a ser contratado, na fase de planejamento e elaboração do termo de referência e revisão do contrato, estabelecendo a métrica para os itens cujo peso e volume sejam diferentes do definido em contrato.

3.1.2.3 GASTOS COM PROCESSOS CANCELADOS POR FALHAS DE PLANEJAMENTO

Ao analisarmos a documentação da Concorrência 006/2019, referente a obra de reforma do auditório (CEP Esplanada), observamos que o certame foi cancelado em função de falha na elaboração da planilha orçamentária, onde a mesma encontrava-se incompleta, não prevendo e orçando itens essenciais para o cumprimento do Edital, dos quais seriam motivo de desclassificação da proposta, se não apresentados, como por exemplo: o custo dos serviços dos profissionais de engenharia (item 10.4 do Edital), custos do canteiro de obras (item 12.4 do Edital), das licenças, taxas, alvarás e emolumentos, entre outros.

Para esta licitação, foram realizados 2 avisos, onde no primeiro, 26 empresas retiraram o Edital, mas nenhuma compareceu, no segundo 37 empresas retiraram o Edital e somente uma compareceu.

Para o Pregão Presencial 020/2019, referente a contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de energia solar fotovoltaica, observamos que o cancelamento se deu por decisão da Administração, após algumas impugnações, em função de “evitar a nulidade do processo”, pois não houve elaboração do projeto básico dos serviços com detalhamento da planilha de custos e reformulação do Termo de Referência.

Conforme parecer jurídico, elaborado pela assessoria jurídica Marques Advogados Associados e emitido em 26/2/2020, a falta do projeto poderá acarretar grandes riscos de sua efetividade às necessidades da Instituição e o risco de aquisição equivocada pelo Senac do objeto licitado, em razão da ausência do projeto é muito grande. Além disso, o parecer jurídico ainda menciona quanto a outro vício que poderia acarretar nulidade do processo, uma vez que aparenta a restrição de competitividade por rigor exacerbado no Termo de Referência.

Observamos, ainda, que as atas de cancelamentos desses processos não foram assinadas pelo Presidente e não foi identificada documentação onde demonstrasse conhecimento da autoridade competente quanto ao cancelamento dos certames.

Recomendamos que a fase de planejamento, antecedendo a elaboração do Edital e publicação do certame, seja elaborada de forma mais criteriosa, prevendo todos os detalhes necessários e sendo revisado pela área demandante, de forma a evitar dispêndios com processos cancelados.

3.1.3 CONTRATOS

3.1.3.1 FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE

Verificamos que a administração do Regional vem formalizando os registros de preços junto aos fornecedores mediante um “Contrato de Registro de Preços”, ao invés de uma Ata de Registro de Preço que é o documento vinculativo, obrigacional com características de compromisso para futura contratação, conforme Resolução 958/12.

Recomendamos atender a legislação vigente, e salvaguardar os direitos do Senac em não ter a obrigatoriedade de comprar a quantidade total estimada.

3.2.1.2 DIFERENÇA NO QUANTITATIVO DE EMPREGADOS ENTRE A FOLHA DE PAGAMENTO X CAGED

Verificamos que nos meses de setembro/2020 e janeiro/2021 a quantidade de empregados da folha de pagamento apresentava diferença para o Caged, assim demonstrada:

Mês	Folha de Pagamento	Caged	Diferença
Setembro/2020	181	180	1
Janeiro/2021	146	133	13

Recomendamos que as diferenças apresentadas sejam analisadas e regularizadas.

3.2.1.3 SALÁRIO MÉDIO

Verificamos que houve redução do salário médio em 9,05% em relação a agosto/2019, que era R\$ 3.269,55, para R\$ 2.973,58 em agosto/2021. A seguir demonstramos o comportamento entre setembro/2019 e agosto/2021:



Fonte: Anexo 2 da Solicitação de Auditoria fornecido pela Coordenação de Gente

Os principais fatores da redução do salário médio no período analisado foram devido as demissões ocorridas no ano de 2020, bem como as reduções salariais em virtude da Medida Provisória 936/2020 e a reestruturação do plano de cargos e salários ocorridos a partir de janeiro de 2021, onde os cargos foram reavaliados e os salários reduzidos. Cabe mencionar que no período da auditoria não houve reajuste salarial.

3.2.1.5 EMPREGADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA HABILITADA

Constatamos que a administração do Regional em 31/8/2021, atendia ao artigo 36 do Decreto 3.298/99 quanto ao preenchimento de 2% a 5% do seu quadro funcional com empregados portadores de deficiências habilitadas (PcD's), uma vez que contava com cinco colaboradores PcD's, portanto, dois empregados acima do limite mínimo determinado pela legislação, tomando como base o quadro de 137 empregados em 31/8/2021.

Observamos que a administração do Regional apesar de cumprir o quantitativo mínimo previsto no Decreto 3.298/99, não adota como procedimento o que determina o § 1 do art. 93 da lei 13.146/2015, pois efetuou desligamentos de quatro empregados portadores de deficiências habilitadas, sem que fosse precedida a contratação de três substitutos em condições semelhantes.

Recomendamos o cumprimento da legislação vigente, a fim de evitar possíveis sanções em virtude de fiscalizações.

3.2.1.6 INSTRUTORES AUTÔNOMOS

No período de setembro/2019 a agosto/2021, constatamos instrutores autônomos como prestadores de serviços para atividade fim, como demonstramos a seguir:



Fonte: Conforme dados informados no Anexo 5 da SA - 01

Essa informação é importante ser demonstrada no recibo de férias a fim de facilitar a análise do período aquisitivo que as férias estão sendo gozadas e pagas.

Recomendamos que o recibo de férias passe a informar o período aquisitivo que o empregado está usufruindo as férias concedidas.

3.2.3 REGISTRO DE PONTO

3.2.3.1 EXCESSO DE HORAS EXTRAS

Verificamos, por meio da folha de ponto do mês de julho/2021, que empregados ultrapassaram o limite permitido de duas horas extras diárias, estando em desacordo com o art. 59 da CLT, o qual versa que “a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares em número não excedente de duas”. Citamos:

Nº Matrícula	Jornada	Data	Entrada	Pausa	Ret. Pausa	Saída	Horas Extras
1225	07:00-13:00	6/7/2021	7:01	13:03	14:05	16:33	2:30
1529	08:00-18:00	14/7/2021	7:54	11:59	13:58	20:35	2:42
		16/7/2021	7:59	12:00	14:19	20:21	2:03
		21/7/2021	7:59	12:00	13:54	19:57	2:04
		23/7/2021	7:59	12:05	13:44	19:40	2:02

Ressaltamos que o descumprimento da legislação trabalhista pode gerar autuações e multas quando da fiscalização por órgãos de controle e possíveis abertura de processos junto a justiça do trabalho.

Recomendamos observar a legislação vigente quando da execução de horas extras dos empregados.

3.2.4 PROGRAMAS DE SAÚDE

3.2.4.1 PPRA E PCMSO VENCIDOS

Verificamos que os relatórios do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO da Sede e Unidades visitadas, emitido pela empresa Sesi Serviços Social da Indústria, encontram-se vencidos, assim demonstrados:

Unidade	Relatório	Data de Vencimento
Sede	PPRA e PCMSO	7/7/2019
Jaru	PPRA e PCMSO	1/5/2020
Ariquemes	PPRA e PCMSO	1/5/2020

Ressaltamos que conforme as normas regulamentadoras – NR 7 e NR 9 essas avaliações devem ser anuais.

Recomendamos atender as legislações vigentes, a fim de evitar sanções dos órgãos fiscalizadores.

3.2.5 PROCESSOS DE SELEÇÃO

3.2.5.1 FRAGILIDADE NA FORMALIZAÇÃO DOS PROCESSOS SELETIVOS

Selecionamos o processo seletivo 003/2018 para a contratação do empregado de matrícula 1699 para o quadro de porteiro realizado no período de escopo, e verificamos as seguintes falhas de formalização:

- Ausência de atualização dos empregados convocados, tendo em vista que consta no controle que foi chamado até o quarto da relação dos aprovados, mas verificamos que foi contratado até o oitavo candidato.
- Ausência do arquivo do controle das notas na pasta do processo seletivo.
- Notas finais do candidato rasuradas.

Recomendamos que nas pastas dos processos seletivos conste atualizado o controle das convocações, archive o controle das notas dos candidatos e evitem rasuras nas notas finais dos candidatos.

3.3 PATRIMÔNIO

3.3.1 IMOBILIZADO

Com base nos registros contábeis, verificamos que no período de setembro/2019 a agosto/2021, houve um aumento do valor patrimonial de R\$ 941.302,04. Vide movimentação do imobilizado no quadro a seguir:

Em reais						
Descrição	Saldo em 31/8/2019*	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação Acumulada**	Saldo em 31/8/2019*
Equipamentos e Mobiliários em Geral	2.770.441,99	407.446,98	(670.361,75)	(757.406,00)	(571.164,81)	1.178.956,41
Equipamentos de Informática	278.931,12	3.246.052,10	(804.666,91)	-	(129.734,77)	2.590.581,54
Veículos	405.958,18	-	(169.000,00)	-	67.232,32	304.190,50
Equipamentos de áudio e vídeo	-	-	-	753.269,00	(151,56)	753.117,44
Equipamentos/Ferramentas de motos elétricos	-	2.365,00	(400,00)	4.137,00	(102,02)	5.999,98
Outros Bens Móveis	1.300,01	-	-	-	-	1.300,01
Terrenos	4.755.000,00	-	-	-	-	4.755.000,00
Construções em Curso	6.524.780,39	291.218,90	-	(6.815.999,29)	-	0,00
Edificações	8.984.221,63	-	-	6.815.999,29	(727.431,44)	15.072.789,48
Total	23.720.633,32	3.947.082,98	(1.644.428,66)	-	(1.361.352,28)	24.661.935,36

* Valores líquidos de depreciação

** Variação da depreciação/amortização acumulada no período

Conforme demonstrado, as principais movimentações foram relativas as adições de Equipamentos de Informática e Equipamentos e Mobiliários em geral, além da transferência para edificações da obra encerrada dentro do período de escopo. A seguir, detalhamos as principais variações:

3.3.1.1 ADIÇÕES PATRIMONIAIS

Verificamos que as aquisições em equipamentos de informática realizadas no período, que totalizou R\$ 3.246.052,10, obtiveram a participação do Departamento Nacional, conforme informamos a seguir:

- janeiro e fevereiro/2020 no valor total R\$ 2.291.952,08, participação de 90%, referente ao projeto Plano Nacional de Investimento em TI;
- novembro/2020 no valor de R\$ 954.100,02, participação de 60%, referente ao projeto Ferramentas Tecnológicas em Sala de Aula.

3.3.1.1.1 OBRA DO SENAC JARU

Em outubro de 2014, foi firmado contrato com a empresa T. F. Engenharia Ltda., responsável pela execução da obra da Unidade de Jaru, com participação de 80% do Departamento Nacional. Em 23/10/2015 o Senac notificou a empresa extrajudicialmente e rescindiu o contrato, por atrasos ocorridos na obra.

Através de novo processo licitatório, a obra de construção da Unidade Jaru foi retomada em 17/8/2017, pela empresa Engeral Construções Ltda. EPP, pelo montante de R\$ 5.786.898,45, com a participação do Departamento Nacional em 80%.

Em 24/4/2019, o DN aprovou a alteração do subsídio passando de 80% para 90%, conforme solicitação do Senac/RO emitida através da carta AR/Senac/RO nº 003 de 5/2/2019.

Em setembro/2019 foi realizada a última medição no valor de R\$ 291.218,90, em 1º de outubro foi realizada a entrega definitiva da obra, no custo total de R\$ 6.815.999,29.

Cabe destacar que a transferência da conta de construções em curso para edificações ocorreu em 1/1/2020, ou seja, três meses após o recebimento definitivo da obra, em desacordo com as normas financeiras da Entidade.

Recomendamos que seja atendido os preceitos das normas financeira do Senac.

3.3.1.2 BAIXAS PATRIMONIAIS

3.3.1.2.1 DIVERGÊNCIA ENTRE O VALOR BAIXADO E O AUTORIZADO

No período de setembro/2019 a agosto/2021, foram autorizados nove processos de baixas contábeis de equipamentos de informática, mobiliários e veículos no valor total de R\$ 1.641.088,66, conforme demonstramos a seguir:

Resolução	Data	Objeto	Bens	R\$
0016/2019	13/8/19	Doação	Equipamentos de informática, Equipamento e mobiliário em Geral e	47.676,77
0017/2019	13/8/19	Doação	Equipamentos de informática, Equipamento e mobiliário em Geral e	412.113,90
0047/2019	8/11/19	Leilão	Veículos	169.000,00
0013/2020	11/3/20	Doação	Equipamentos de informática	289.819,12
0014/2020	10/3/20	Doação	Equipamentos de informática	362.763,45
0058/2020	31/12/20	Devolução	Equipamentos de informática	209.685,00
0025/2021	30/4/21	Doação	Mobiliários e Equipamentos	18.943,04
0035/2021	1/7/21	Doação	Mobiliários, Equipamentos de Motor Elétrico	123.898,88
0036/2021	13/7/21	Doação	Equipamentos de informática	7.188,50
Total				1.641.088,66

Conforme a movimentação de baixas do ativo imobilizado realizadas no período, no total de R\$ 1.644.428,66, observamos uma divergência de R\$ 3.340,00, quando comparamos com as baixas autorizadas.

De acordo com as informações do Setor de Patrimônio, a divergência apontada se refere a contrapartida da cessão de espaço ao Senac/RO. Conforme termo assinado em 14/6/21, foi disponibilizado um aparelho de ar-condicionado Split de 36.000 btus instalado no espaço cedido, no valor de custo de R\$ 3.340,00.

Conforme o art. 70 do Codeco, as baixas de bens deverão ser autorizadas pelo Conselho Regional.

Recomendamos que todas as baixas de bens patrimoniais sejam seguidas em conformidade com o Código de Contabilidade e Orçamento – Codeco.

3.3.1.2.2 BAIXA INTEMPESTIVA DE BENS PATRIMONIAIS

Conforme o processo de baixa por devolução de equipamentos, Resolução 0058/2020, verificamos que a autorização da baixa ocorreu em dezembro/2020, no entanto os equipamentos foram devolvidos ao fornecedor em abril/2020.

Cabe mencionar que os equipamentos foram entregues e registrados na contabilidade em janeiro/2020, e que no período gerou despesa indevida de depreciação, o que impactou no resultado do exercício.

Recomendamos que as baixas contábeis sejam realizadas tempestivamente, conforme a sua competência, recomendamos ainda que seja realizado levantamento do registro indevido das despesas por depreciação e o devido ajuste.

3.4 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

3.4.1 DOCUMENTO DE PLANEJAMENTO DA ÁREA

Identificamos que o PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação, apresentado refere-se ao período 2019-2020, bem como a PSI – Política da Segurança da Informação, refere-se a 2016-2018.

Destacamos como principal consequência da desatualização do PDTI, impedir aos gestores de ter conhecimento em relação aos investimentos a serem feitos em Tecnologia, e estejam totalmente alinhados a estratégia da instituição.

Recomendamos a atualização do PDTI e PSI e o encaminhamento para aprovação das autoridades competentes.

3.4.2 ADEQUAÇÕES A LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Verificamos que as adequações a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) não foram ainda finalizadas e implantadas.

Fomos informados pela Administração que já está em andamento a elaboração do termo de referência para instituir o processo de licitação para a contratação de uma empresa especializada de consultoria preventiva de gestão de risco e governança em conformidade a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Destacamos como principal consequência de não ter implantado as medidas protetivas a LGPD são as sanções da lei que já estão em vigor desde 1º de agosto de 2021.

Recomendamos celeridade para a implantação da LGPD.

4. ÁREA FINALÍSTICA

4.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4.1.1 PRODUÇÃO INSTITUCIONAL

Conforme a base de produção e dados fornecidos pela área de Educação Profissional, no exercício de 2019 foram realizadas 28.784 matrículas/participações, ficando acima da meta em aproximadamente 290%. Já para o exercício de 2020, foram realizadas 6.518 matrículas/participações, resultando na realização de 108% do total planejado, assim demonstrado:

Modalidade de Educação Profissional	2019		%	2020		%	2021		%
	Previsto	Realizado		Previsto	Realizado		Previsto	Realizado (jan a ago/2021)	
Formação Inicial e Continuada (FIC)	6.794	14.721	217%	4.380	4.105	94%	5.903	3.161	54%
Técnica de Nível Médio	578	1.826	316%	1.635	1.505	92%	1.076	1.132	105%
Total de Matrículas*	7.372	16.547	224%	6.015	5.610	93%	6.979	4.293	62%
Ações Extensivas	-	12.237	-	-	908	-	-	532	-
Total Geral	7.372	28.784	390%	6.015	6.518	108%	6.979	4.825	69%

* O total de matrículas considera as matrículas presenciais e EaD.

Referente as matrículas presenciais dos exercícios de 2019 e 2020, temos a destacar:

- a) por eixos tecnológicos e modalidades de educação profissional as matrículas estão distribuídas da seguinte forma:

Eixo Tecnológico	Técnico		FIC		Total de Matrículas 2019	Total de Matrículas 2020
	2019	2020	2019	2020		
Gestão e Negócios	199	382	4.313	2.490	4.512	2.872
Ambiente e Saúde	1.159	833	1.600	361	2.759	1.194
Informação e Comunicação	161	159	3.776	739	3.937	898
Turismo, Hospitalidade e Lazer	25	25	1452	60	1.477	85
Desenvolvimento Educacional e Social	-	-	449	113	449	113
Produção Cultural e Design	25	25	455	49	480	74
Produção Alimentícia	-	-	277	61	277	61
Infraestrutura	-	-	38	-	38	-
Segurança	115	81	633	118	748	199
Total	1.684	1.505	12.993	3.991	14.677	5.496

- b) por modalidade de recurso, as matrículas foram assim distribuídas:

Modalidade de Recurso	Matrículas 2019	%	Matrículas 2020	%
Comercial	8.650	58,93%	1.963	35,72%
PSG	5.477	37,32%	3.361	61,15%
Bolsa DR	550	3,75%	172	3,13%
Total	14.677	100,00%	5.496	37%

4.1.1.1 AUSÊNCIA DE PREVISÃO EM AÇÕES EXTENSIVAS

Verificamos através do controle apresentado, referente aos exercícios de 2019, 2020 e 2021, a ausência de previsão de participação em ações extensivas o que distorce os indicadores de eficiência relativos à área finalística.

Recomendamos que todas as ações educacionais sejam previstas, visando resultados operacionais e financeiros fidedignos.

4.1.1.2 APROVEITAMENTO ESCOLAR

Em 2019, o aproveitamento dos cursos presenciais em relação ao total de matrículas concluintes foi de 82,90%. Quanto ao índice de evasão, verificamos que este atingiu 16,05%. Para o exercício de 2020, total de matrículas concluintes foi de 70,55% e o índice de evasão atingiu 26,71%, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2019		2020	
	Matrículas	%	Matrículas	%
Matrículas Totais (*)	14.677		5.496	
Desistentes	185		37	
Em Processo	2.647		2.206	
Matrículas Concluídas	11.845	100%	3.253	100%
Aprovados	9.820	82,90%	2.295	70,55%
Reprovados	124	1,05%	89	2,74%
Evadidos	1.901	16,05%	869	26,71%

* matrículas remanescentes e iniciadas em cada ano.

Recomendamos acompanhar os motivos das evasões, implementar ações para redução deste percentual, de forma a atingir os resultados almejados da Administração.

4.1.1.3 META FINANCEIRA

Em 2019, observamos que a Receita de Serviços prevista era de R\$ 14.111.700,00, sendo realizados R\$ 4.437.071,74, ou seja, 68,56% abaixo da meta. Para o exercício de 2020, observamos que a Receita de Serviços prevista era de R\$ 9.846.444,00, sendo realizados R\$ 2.075.899,07, ou seja, 78,92% abaixo da meta, conforme demonstrado:

Descrição	2019 (em R\$)	2020 (em R\$)
Orçada	14.111.700,00	9.846.444,00
Arrecadada	4.437.071,74	2.075.899,07
Resultado	(9.674.628,26)	(7.770.544,93)
% de arrecadado	31,44%	21,08%

Conforme demonstração da execução orçamentária de dezembro de 2019 e 2020.

Em 2019, o Senac/RO reformulou a previsão de arrecadação da Receita de Serviços, aumentando em 76,18%, passando de R\$ 8.010.000,00 para R\$ 14.111.700,00.

Apesar da arrecadação da Receita de Serviços apresentar uma queda significativa anos antecedentes a 2019, a administração do Regional ainda reformulou o exercício de 2019 prevendo um aumento fora da curva.

Em 2020, o principal motivo para o resultado apresentado, foi a pandemia pelo coronavírus a partir do mês de março.

4.1.2 PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM

4.1.2.1 PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE – PSG

Em 2020, com base nos controles físico e financeiro do PSG, o Regional aplicou R\$ 17.318.110,84, em 3.361 matrículas, correspondendo a 852.794 horas executadas.

Compromisso com o PSG para 2020 (em R\$) (a)	Aplicado com o PSG no Exercício de 2020 (em R\$) (b)	Resultado em 2020 (em R\$) (b - a)	Saldo de Exercícios Anteriores (em R\$)	Saldo em 31/12/2020* (em R\$)
13.652.437,11	17.318.110,84	3.665.673,73	1.705.721,42	5.371.395,15

* Conforme registros contábeis

Observamos que o valor aplicado no exercício de 2020 ficou acima do valor comprometido e somado o saldo apurado, em exercícios anteriores de produção PSG, acumulou um saldo de R\$ 5.371,395,15.

4.1.2.1.1 OFERTA DE VAGAS PSG X PORTFÓLIO DO REGIONAL

No exercício de 2019, foram realizadas pelo PSG 2.296 matrículas em cursos de Aprendizagem e 3.181 em outros cursos do PSG. Já no exercício de 2020, foram realizadas pelo PSG 1.781 matrículas em cursos de Aprendizagem e 1.580 em outros cursos do PSG, assim demonstrados:

Eixo Tecnológico	2019			2020		
	Aprendizagem (PSG)	Outros PSG	Total de Matrículas	Aprendizagem (PSG)	Outros PSG	Total de Matrículas
Formação Inicial e Continuada (FIC)	2.296	2.651	4.947	1.781	792	2.573
Técnica de Nível Médio	-	530	530	-	788	788
Total Matrículas Presenciais	2.296	3.181	5.477	1.781	1.580	3.361
% Vertical	41,92%	58,08%	100%	52,99%	47,01%	100%

Para o período de janeiro a agosto/2021, a execução foi conforme demonstrada a seguir:

Eixo Tecnológico	Período de jan a ago/2021		
	Aprendizagem (PSG)	Outros PSG	Total de Matrículas
Formação Inicial e Continuada (FIC)	1.634	676	2.310
Técnica de Nível Médio	-	-	-
Total Matrículas Presenciais	1.634	676	2.310
% Vertical	70,74%	29,26%	100%

4.1.2.2 APRENDIZAGEM PROFISSIONAL COMERCIAL

Em 2019, foram realizadas 2.383 matrículas em cursos de aprendizagem, nos eixos tecnológicos de Gestão e Negócios e Infraestrutura, correspondendo a 88,03% do total de matrículas previstas, que era de 2.707, conforme posição apresentada. Para 2020, não foram informadas as previsões e o Regional realizou 1.825 matrículas. Já para o período de janeiro a agosto/2021, o Regional realizou 95,75% da previsão anual, conforme demonstrado a seguir:

Eixos Tecnológicos	Cursos	Exercício 2019		%	Exercício 2020	Período 2021		%	Número de Empresas Atendidas
		Previsto	Realizado		Realizado	Previsto Ano 2021	Realizado jan a ago/2021		
Gestão e Negócios	Aprendizagem Prof. Com. em Serviços Administrativos	1.597	1.452	90,92%	1.059	987	961	97,37%	1.535
	Aprendizagem Prof. Com. em Serviços de Supermercados	965	808	83,73%	685	741	687	92,71%	581
	Aprendizagem Prof. Com. em Serviços de Vendas	70	85	121,43%	81	35	40	114,29%	100
Infraestrutura	Aprendizagem Prof. Com. em Serv. de Asseio e Conservação	75	38	50,67%	-	-	-	-	1
Total		2.707	2.383	88,03%	1.825	1.763	1.688	95,75%	2.217

Dados apresentados pela área de Educação Profissional. Não foram informadas as previsões de matrículas de aprendizagem para o exercício de 2020.

Recomendamos que o Regional realize a previsão de matrículas em aprendizagem corroborando assim o alcance das matrículas no Programa Senac de Gratuidade.

UNIDADES OPERATIVAS

5. CEP – JARU

ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO:

RESPONSÁVEL

Walter da Silva

ENDEREÇO

Rua Florianópolis, 3045 –
Centro / RO



Foto do novo CEP/Jaru

5.1 ÁREA FINANCEIRA

5.1.1 TESOUREARIA

5.1.1.1 CAIXA

Às 15h55min do dia 21/10/2021, foi emitido o Resumo do PDV para conferência dos valores em caixa, no entanto, constou no relatório o saldo zero para a movimentação financeira do dia.

5.1.1.2 FUNDO ROTATIVO

No dia 21/10/2021, efetuamos a conferência do saldo de R\$ 580,00 do cartão pré-pago, referente ao fundo rotativo da Unidade e constatamos regularidade para os R\$ 420,00 em despesas realizadas de pronto pagamento, que somados confere com o total de R\$ 1.000,00 disponibilizado.

5.2 ÁREA ADMINISTRATIVA

5.2.1 OUTROS

5.2.1.1 AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DA UNIDADE

Solicitamos a Gerência do CEP/Jaru as documentações legais e certificados da Unidade, porém não foram entregues o Certificado de Dedetização e Certificado de limpeza de caixa d'água.

Cabe ressaltar a obrigatoriedade legal desses certificados e o não cumprimento pode ocasionar penalidades ao Senac/RO.

Recomendamos que os documentos relacionados sejam providenciados e mantidos na Unidade atendendo a legislação em vigor.

5.2.1.2 LABORATÓRIOS PEDAGÓGICOS

Durante a visita in loco, realizada no dia 21/10/2021, observamos que faltam equipamentos e mobiliários para os novos laboratórios pedagógicos de cozinha, estética e salão de beleza.

Conforme informações da Diretoria, como a entrega da obra ocorreu em outubro de 2019 e a Pandemia da Covid-19 em março de 2020, e por esses motivos não foi possível realizar a inauguração da nova Unidade no Município de Jaru, como também concluir o projeto de investimento de aquisição de mobiliários e equipamentos para os novos ambientes pedagógicos.

Recomendamos que a Administração Regional conclua o projeto dos equipamentos e mobiliários e assim prossiga com a inauguração da nova Unidade de Jaru, de forma a atender com excelência a comunidade local.

5.3 ÁREA FINALÍSTICA

5.3.1 SECRETARIA DE CURSOS

5.3.1.1 INCONSISTÊNCIAS NA DOCUMENTAÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS

Com base na relação dos alunos inscritos nas turmas de PSG “20/2020/19- Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados”, realizada na Unidade Jaru, selecionamos 11 matrículas para avaliar a documentação exigida, e identificamos as inconsistências relacionadas a seguir:

Turma PSG 20/2020/19- Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados		
Matrícula	Data da Matrícula	Inconsistência Identificada
243/2020/19	2/3/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.

Turma PSG 20/2020/19- Aprendizagem Profissional Comercial em Serviços de Supermercados		
Matrícula	Data da Matrícula	Inconsistência Identificada
251/2020/19	2/3/2020	Pendente cópia da CTPS
241/2020/19	2/3/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.
196/2020/19	27/2/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem. Pendente declaração de matrícula e cópia dos documentos do responsável legal.
207/2020/19	28/2/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.
253/2020/19	2/3/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.
195/2020/19	27/2/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem. Pendente cópia do RG e CPF do aluno.
240/2020/19	2/3/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.
186/2020/19	27/2/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.
193/2020/19	27/2/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.
249/2020/19	2/3/2020	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.

Recomendamos observar e atender aos normativos internos que estabelecem a documentação exigida para a efetivação da matrícula.

6. CEP – ARIQUEMES

ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO:

RESPONSÁVEL

Walter da Silva

ENDEREÇO

Rua Dos Inocentes, 131
Grandes Áreas / RO



Foto do CEP Ariquemes

6.1 ÁREA FINANCEIRA

6.1.1 TESOUREARIA

6.1.1.1 CAIXA

Às 11h37min do dia 22/10/2021, foi emitido o Resumo do PDV para conferência dos valores em caixa, no entanto, constou no relatório o saldo zero para a movimentação financeira do dia.

6.1.2 FUNDO ROTATIVO

No dia 22/10/2021, efetuamos a conferência do saldo de R\$ 987,50 do cartão pré-pago, referente ao fundo rotativo da Unidade e constatamos regularidade para os

R\$ 12,50 em despesas realizadas de pronto pagamento, que somados confere com o total de R\$ 1.000,00 disponibilizado.

6.2 ÁREA ADMINISTRATIVA

6.2.1 OUTROS

6.2.1.1 AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS DA UNIDADE

Solicitamos a Gerência do CEP/Ariquemes as documentações legais e certificados da Unidade, porém não foram entregues o Certificado de Dedetização e Certificado de limpeza de caixa d'água.

Cabe ressaltar a obrigatoriedade legal desses certificados e o não cumprimento pode ocasionar penalidades ao Senac/RO.

Recomendamos que os documentos relacionados sejam providenciados e mantidos na Unidade atendendo a legislação em vigor.

6.2.1.2 MODERNIZAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA UNIDADE

Durante a visita in loco, realizada no dia 22/10/2021, observamos que o CEP/Ariquemes necessita de melhorias e modernização na estrutura física dos ambientes tanto administrativo quanto pedagógico, em conformidade com as demais Unidades.

De acordo com a Diretoria da administração do Regional, o CEP/Ariquemes atua no Município desde 2014 e que até o momento não passou por modernização dos ambientes pedagógicos, mas já projeta a reforma da Unidade.

Recomendamos que seja avaliada a necessidade de reforma dos ambientes do CEP/Ariquemes, e assim a atender a comunidade local com a estrutura de excelência como das demais Unidades.

6.3 ÁREA FINALÍSTICA

6.3.1 SECRETARIA DE CURSOS

6.3.1.1 INCONSISTÊNCIAS NA DOCUMENTAÇÃO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS

Com base na relação dos alunos inscritos nas turmas de PSG "2/2021/13 – Aprendizagem Profissional de Qualificação em Serviços de Supermercados",

realizada na Unidade Ariquemes, selecionamos 10 matrículas para avaliar a documentação exigida, e identificamos as inconsistências relacionadas a seguir:

Turma PSG 2/2021/13- Aprendizagem Profissional de Qualificação em Serviços de Supermercados		
Matrícula	Data da Matrícula	Inconsistência Identificada
53/2021/13	30/6/2021	Contrato não assinado pelo Senac.
67/2021/13	2/7/2021	Contrato não assinado pela empresa contratante - Cone Sul.
63/2021/13	1/7/2021	CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.
52/2021/13	30/6/2021	Pendente cópia da documentação do responsável e contrato não assinado pelo responsável e pelo menor.
69/2021/13	6/7/2021	Contrato não assinado pelo aluno (maior) e pelo Senac.
68/2021/13	5/7/2021	Pendente cópia da documentação do responsável e CTPS sem registro do contrato de aprendizagem.

Recomendamos observar e atender aos normativos internos que estabelecem a documentação exigida para a efetivação da matrícula.

COMENTÁRIOS SOBRE A EXTENSÃO DOS EXAMES E PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

Nosso trabalho foi conduzido, principalmente, mediante o acesso aos registros contábeis e à documentação comprobatória de certas transações. O exame visou comprovar se todas as operações foram contabilizadas, de modo a assegurar o controle adequado sobre os ativos da Entidade, o gerenciamento adequado das obrigações e o acompanhamento da execução orçamentária.

Era o que tínhamos a relatar.

(assinado eletronicamente)

JOSENILDO VIANA LIMA

Auditor do Conselho Fiscal do Senac

(assinado eletronicamente)

MARIA BEATRIZ FIGUEIREDO

Auditora do Conselho Fiscal do Senac

(assinado eletronicamente)

JULIANA DE F. VENÂNCIO MARCELLO

Auditora do Conselho Fiscal do Senac

Revisado por

(assinado eletronicamente)

Josenildo Viana Lima

Responsável Técnico do CF

Visto por

À consideração do Conselheiro Relator.

(assinado eletronicamente)

Flávia Villas Alves

Chefe da Assessoria Técnica do CF

CRC- ES 009955/O-9

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma SENAC. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://senacdn.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/33F7-FB72-5881-B680> ou vá até o site <https://senacdn.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 33F7-FB72-5881-B680



Hash do Documento

C93F8377F88D0BFED003A70CA1F6AC07E329A69483450E3D14B7DBBCE6141727

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/12/2021 é(são) :

☒ Flavia Villas Alves - 035.***.***-17 em 16/12/2021 16:40 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Josenildo Viana Lima - 075.***.***-23 em 16/12/2021 16:30 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Maria Beatriz Nascimento Figueiredo - 016.***.***-30 em 16/12/2021 16:08 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

☒ Juliana De Freitas Venancio Marcello - 101.***.***-69 em 16/12/2021 16:03 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



DR RONDÔNIA - RELATÓRIO 2021

ANEXOS

SETEMBRO

A

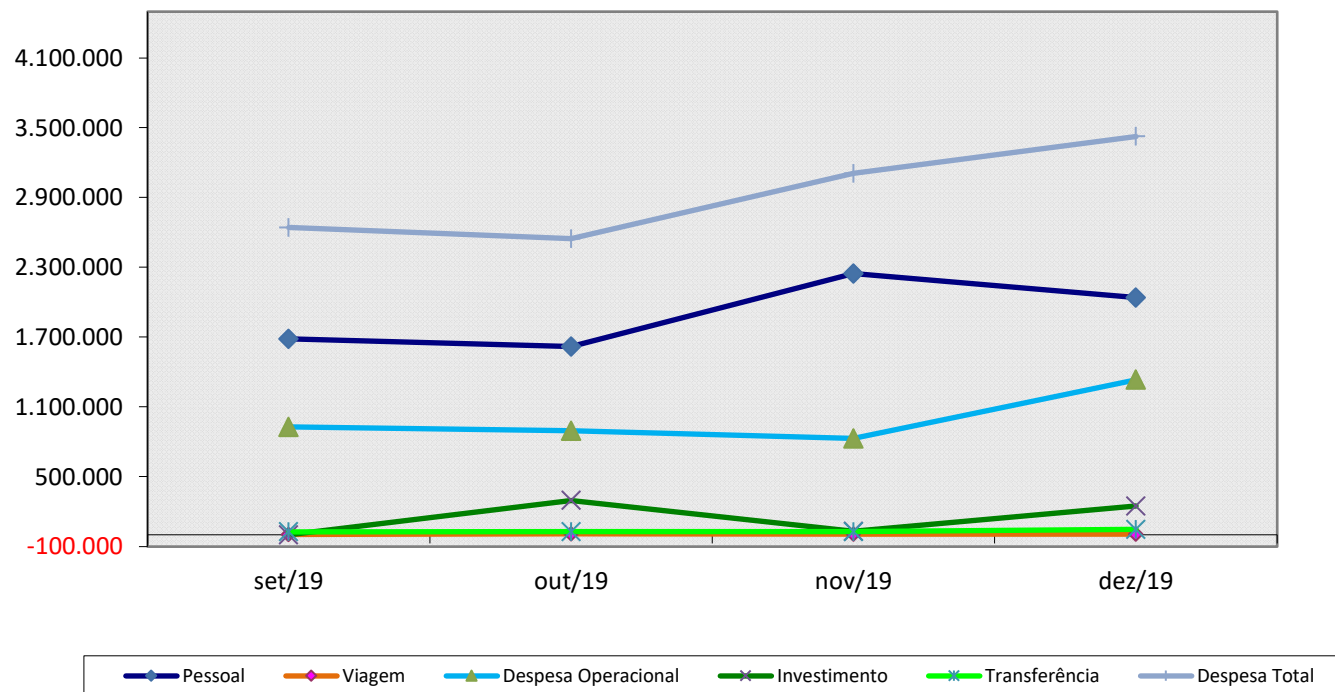
DEZEMBRO

2019

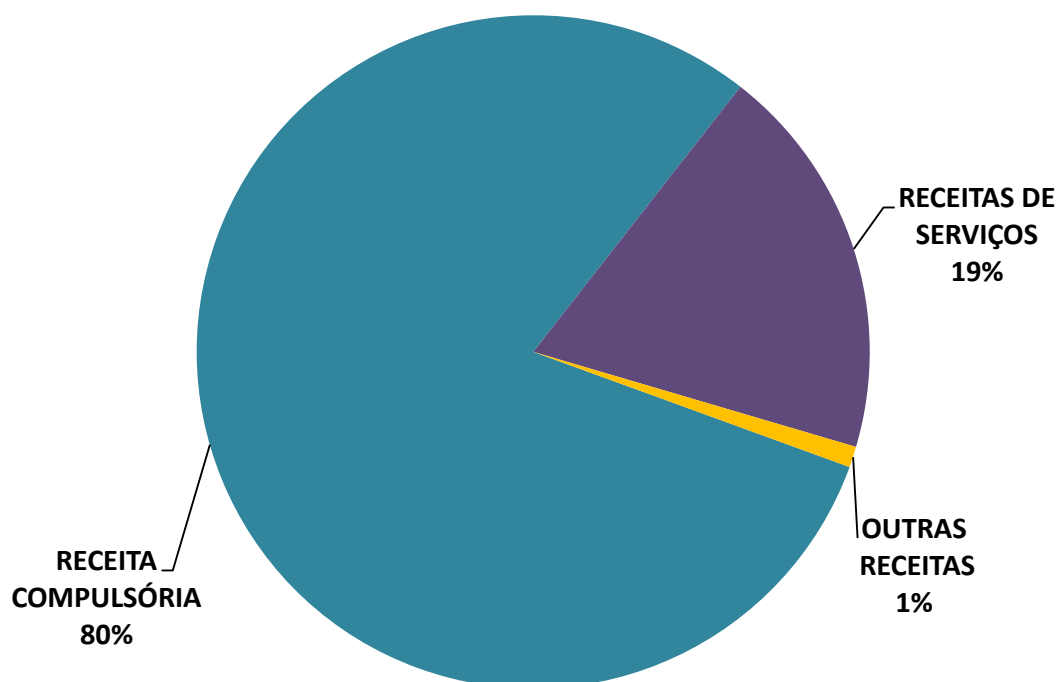
EXECUÇÃO DE RECEITAS X DESPESAS - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDÔNIA

DESCRIÇÃO	set/19	out/19	nov/19	dez/19	TOTAL	%
RECEITA						
Receita Compulsória	1.576.163	1.883.244	1.635.656	3.219.343	8.314.406	80
Receitas de Serviços	530.558	713.067	576.992	148.705	1.969.321	19
Outras Receitas	8.001	5.814	7.312	11.875	33.002	1
Receita Total	2.114.723	2.602.125	2.219.959	3.379.922	10.316.729	100
DESPESAS						
PESSOAL						
Salários	1.244.728	1.190.838	1.410.988	1.339.959	5.186.513	42
Encargos	440.086	427.371	835.931	699.970	2.403.358	20
Soma	1.684.814	1.618.210	2.246.919	2.039.929	7.589.872	62
DESPESAS OPERACIONAIS						
Manutenção Operacional	926.192	893.011	828.661	1.333.419	3.981.283	32
Soma	926.192	893.011	828.661	1.333.419	3.981.283	32
VIAGENS						
(diárias, passagens e hospedagens)	3.530	8.286	4.475	6.076	22.365	1
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES	26.286	26.795	26.410	46.954	126.444	1
Soma						
TOTAL DESPESAS CORRENTES	2.640.822	2.546.301	3.106.464	3.426.377	11.719.964	96
INVESTIMENTOS						
Obras e instalações	0	291.219	0	0	291.219	2
Equipamentos e Mat. Permanente	0	4.269	29.070	247.590	280.929	2
Soma	0	295.488	29.070	247.590	572.148	4
INVERSÕES FINANCEIRAS						
Aquisição de Imóveis	0	0	0	0	0	0
Despesa Total	2.640.822	2.841.789	3.135.534	3.673.967	12.292.112	100
Resultado (mês)	-526.099	-239.664	-915.575	-294.045	-1.975.383	
Caixa e Equivalente de Caixa	1.471.172	982.332	5.556.916	1.360.692		

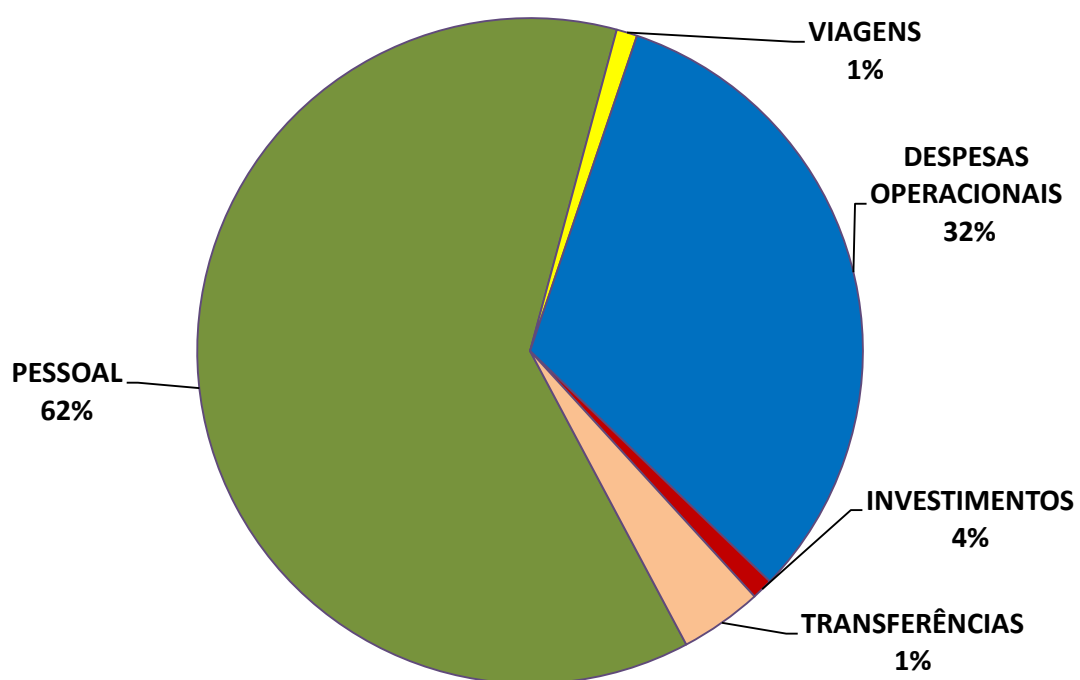
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS - SETEMBRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019



ARRECAÇÃO DA RECEITA - SETEMBRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019



EXECUÇÃO DAS DESPESAS - SETEMBRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019



JANEIRO

A

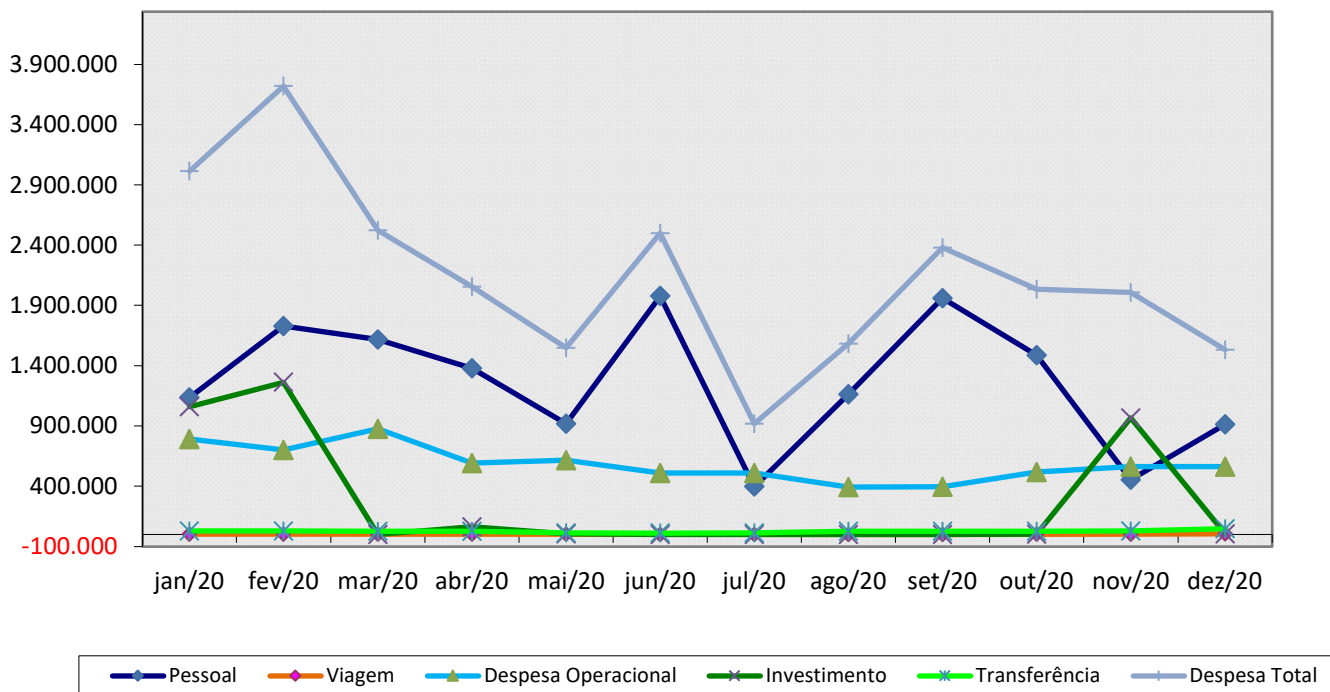
DEZEMBRO

2020

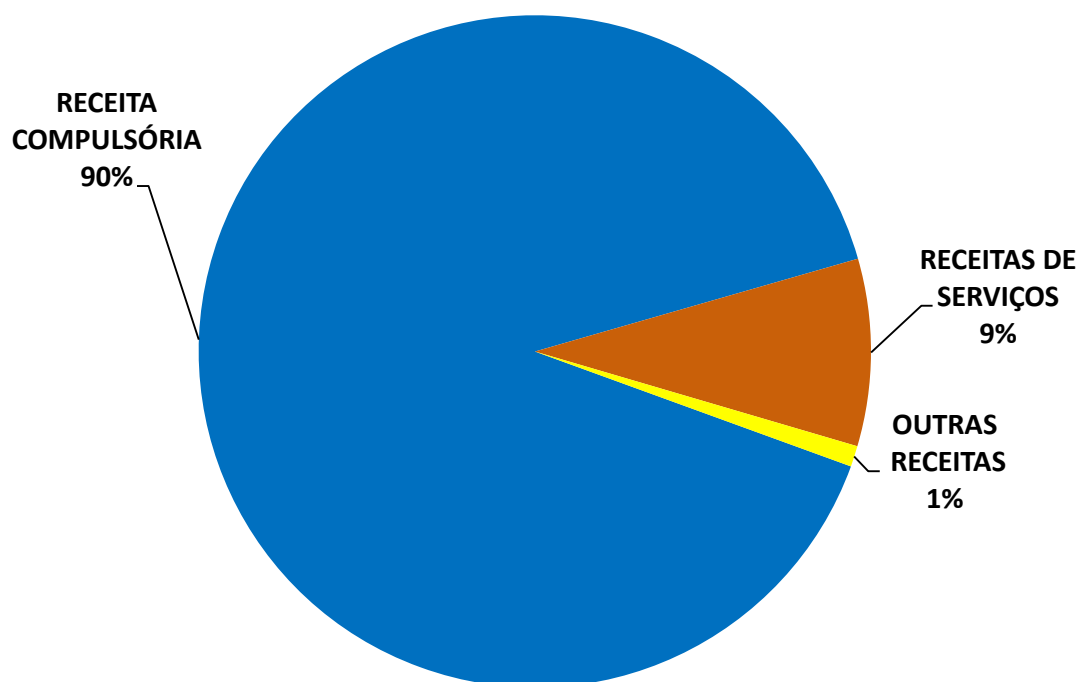
EXECUÇÃO DE RECEITAS X DESPESAS - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDÔNIA

DESCRIÇÃO	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	TOTAL	%
RECEITA														
Receita Compulsória	2.110.369	1.616.686	1.546.949	3.797.826	690.866	623.092	654.138	1.453.544	1.517.493	1.574.357	1.608.150	2.939.750	20.133.220	90
Receitas de Serviços	212.862	269.155	265.079	193.448	207.347	145.306	111.333	21.167	574.416	46.464	21.899	7.422	2.075.899	9
Outras Receitas	10.631	9.740	12.818	7.972	6.370	6.780	9.962	19.497	5.222	6.255	4.789	4.304	104.342	1
Receita Total	2.333.862	1.895.582	1.824.846	3.999.247	904.583	775.178	775.434	1.494.207	2.097.132	1.627.076	1.634.839	2.908.076	22.270.060	100
DESPESAS														
PESSOAL														
Salários	852.780	1.324.172	1.081.298	930.378	685.544	1.263.182	341.866	838.142	1.206.754	807.087	190.936	553.357	10.075.497	39
Encargos	281.989	404.419	536.659	446.942	231.486	714.491	54.475	325.557	752.616	680.538	261.082	360.303	5.050.557	19
Soma	1.134.770	1.728.591	1.617.957	1.377.321	917.030	1.977.674	396.341	1.163.699	1.959.370	1.487.625	452.018	913.660	15.126.054	58
DESPESAS OPERACIONAIS														
Manutenção Operacional	790.509	699.963	875.582	590.548	615.433	509.322	509.663	392.981	395.355	518.026	560.674	563.196	7.021.253	27
Soma	790.509	699.963	875.582	590.548	615.433	509.322	509.663	392.981	395.355	518.026	560.674	563.196	7.021.253	27
VIAGENS														
(diárias, passagens e hospedagens)	1.339	2.182	2.540	326	437	-376	0	0	0	86	1.477	4.383	12.394	1
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES														
Soma	27.761	27.096	26.035	24.421	12.744	11.734	12.197	24.614	25.587	26.452	26.966	47.227	292.833	1
TOTAL DESPESAS CORRENTES	1.954.378	2.457.833	2.522.114	1.992.616	1.545.644	2.498.354	918.200	1.581.294	2.380.312	2.032.189	1.041.136	1.528.465	22.452.534	87
INVESTIMENTOS														
Obras e instalações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamentos e Mat. Permanente	1.059.073	1.262.566	0	62.650	2.880	0	0	0	0	2.235	965.995	3.500	3.358.898	13
Soma	1.059.073	1.262.566	0	62.650	2.880	0	0	0	0	2.235	965.995	3.500	3.358.898	13
INVERSÕES FINANCEIRAS														
Aquisição de Imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa Total	3.013.450	3.720.398	2.522.114	2.055.266	1.548.524	2.498.354	918.200	1.581.294	2.380.312	2.034.424	2.007.131	1.531.965	25.811.432	100
Resultado (mês)	-679.589	-1.824.816	-697.268	1.943.981	-643.941	-1.723.175	-142.766	-87.087	-283.180	-407.348	-372.292	1.376.111	-3.541.372	
Caixa e Equivalente de Caixa	3.397.565	3.741.941	3.252.296	2.840.493	2.966.095	6.694.604	6.130.796	5.662.091	4.874.074	3.895.504	3.884.095	3.230.099		

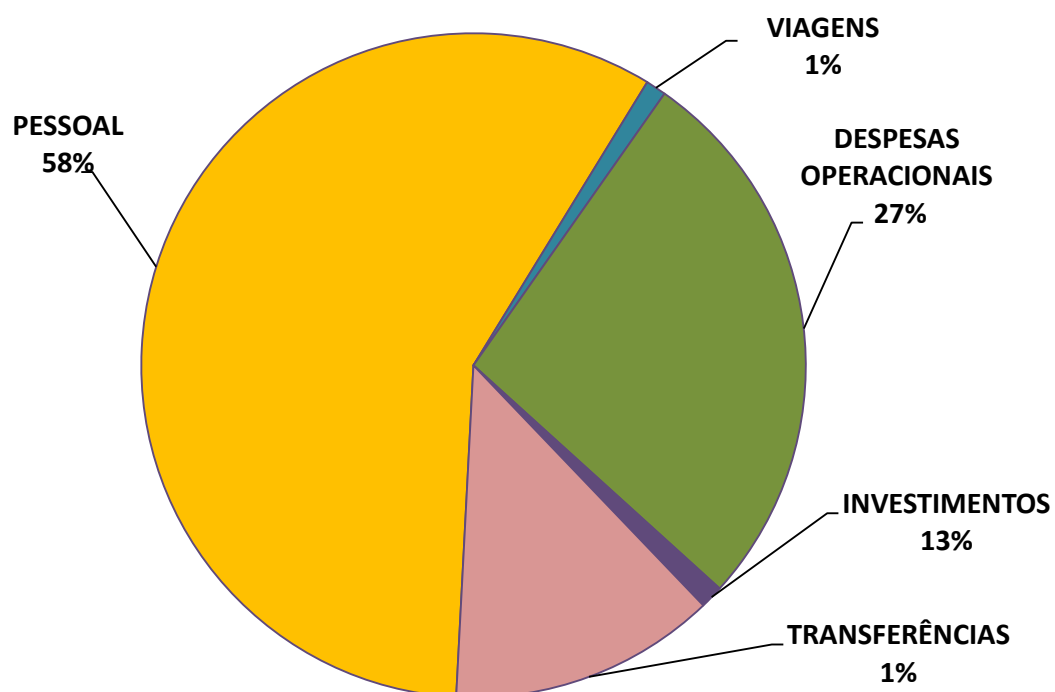
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS - JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020



ARRECAÇÃO DA RECEITA - JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020



EXECUÇÃO DAS DESPESAS - JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020



JANEIRO

A

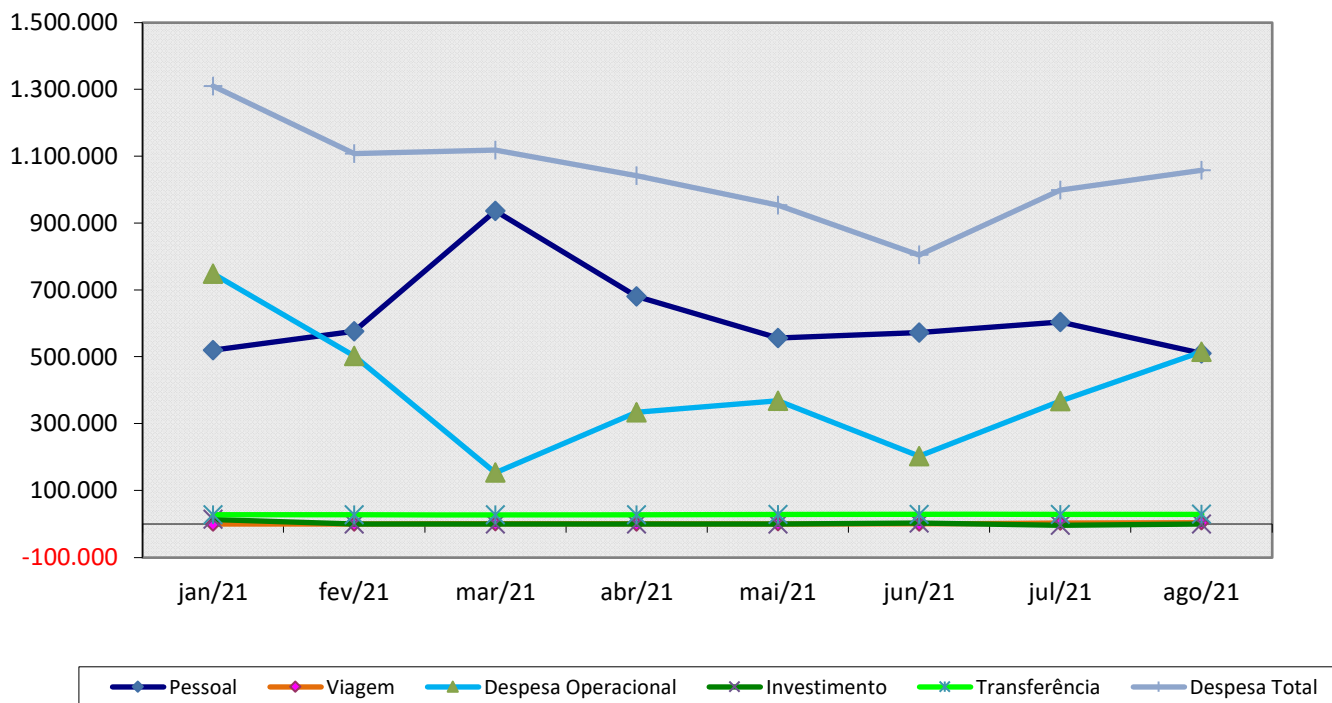
AGOSTO

2021

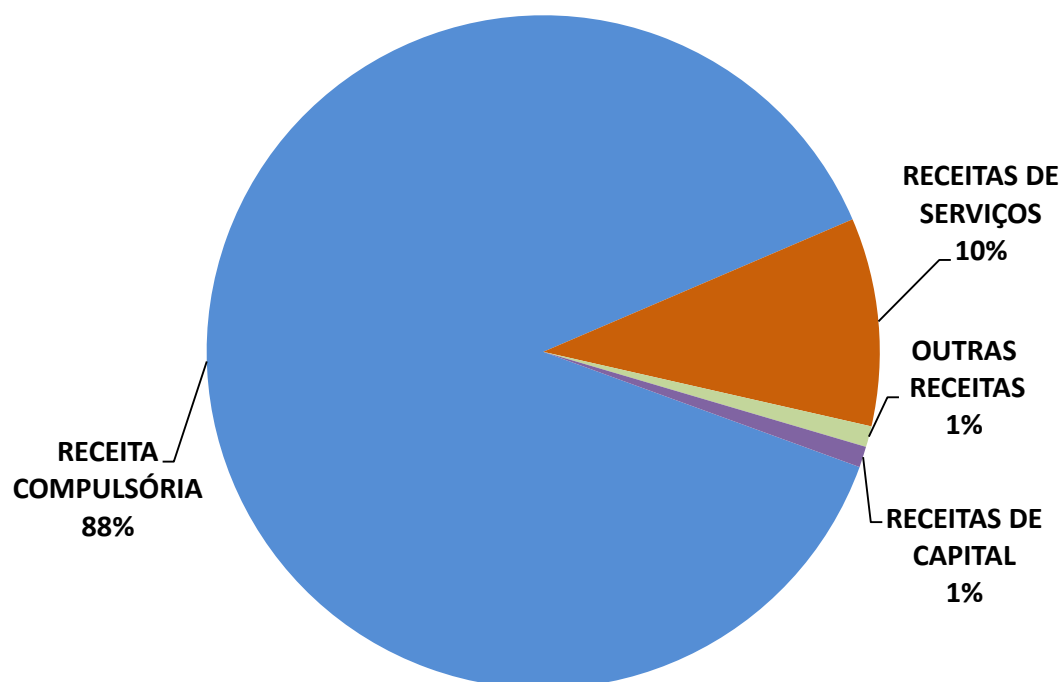
EXECUÇÃO DE RECEITAS X DESPESAS - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDÔNIA

DESCRIÇÃO	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	TOTAL	%
RECEITA										
Receita Compulsória	1.661.203	1.472.373	1.633.631	1.854.586	1.721.196	1.716.587	1.728.246	1.759.649	21.512.780	88
Receitas de Serviços	52.103	27.666	40.961	88.555	19.673	88.859	59.045	168.554	2.600.199	10
Outras Receitas	12.253	5.135	8.768	10.421	15.279	19.166	24.301	31.400	163.252	1
Receitas de Capital	0	34.200	0	0	0	0	0	0	34.200	1
Receita Total	1.725.559	1.539.374	1.683.361	1.953.562	1.756.147	1.824.612	1.811.592	1.959.602	24.310.431	100
DESPESAS										
PESSOAL										
Salários	387.947	443.914	794.451	567.076	432.713	439.687	469.804	393.229	9.070.324	45
Encargos	131.897	132.451	142.068	113.438	123.771	132.140	134.532	116.930	3.187.157	16
Soma	519.844	576.364	936.519	680.514	556.485	571.827	604.336	510.159	12.257.480	61
DESPESAS OPERACIONAIS										
Manutenção Operacional	748.803	502.860	153.738	333.764	368.061	202.374	366.992	515.042	6.951.046	35
Soma	748.803	502.860	153.738	333.764	368.061	202.374	366.992	515.042	6.951.046	35
VIAGENS										
(diárias, passagens e hospedagens)	0	183	252	115	254	0	2.184	3.611	22.874	1
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES	27.481	27.798	27.061	27.233	28.393	28.323	28.501	28.979	329.778	2
Soma										
TOTAL DESPESAS CORRENTES	1.296.128	1.107.205	1.117.569	1.041.626	953.193	802.525	1.002.013	1.057.791	19.561.179	99
INVESTIMENTOS										
Obras e instalações	0	0	0	0	0	0	0	0	291.219	1
Equipamentos e Mat. Permanente	13.672	0	0	0	0	2.365	-3.817	0	45.559	0
Soma	13.672	0	0	0	0	2.365	-3.817	0	336.778	1
INVERSÕES FINANCEIRAS										
Aquisição de Imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa Total	1.309.800	1.107.205	1.117.569	1.041.626	953.193	804.890	998.196	1.057.791	19.897.957	100
Resultado (mês)	415.758	432.168	565.791	911.936	802.955	1.019.722	813.396	901.812	4.412.475	
Caixa e Equivalente de Caixa	5.009.149	5.612.069	5.817.307	6.192.340	6.984.608	7.182.057	7.675.344	8.256.644		

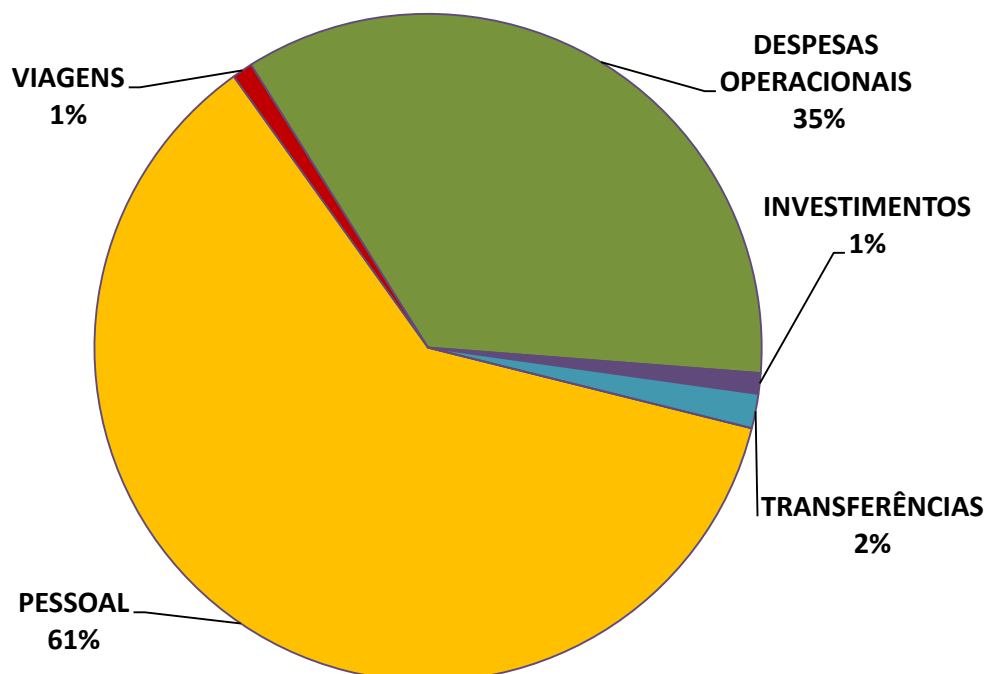
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS - JANEIRO DE 2021 A AGOSTO DE 2021



ARRECAÇÃO DA RECEITA - JANEIRO DE 2021 A AGOSTO DE 2021



EXECUÇÃO DAS DESPESAS - JANEIRO DE 2021 A AGOSTO DE 2021



DR RONDÔNIA - RELATÓRIO 2021

ANEXOS

SETEMBRO

A

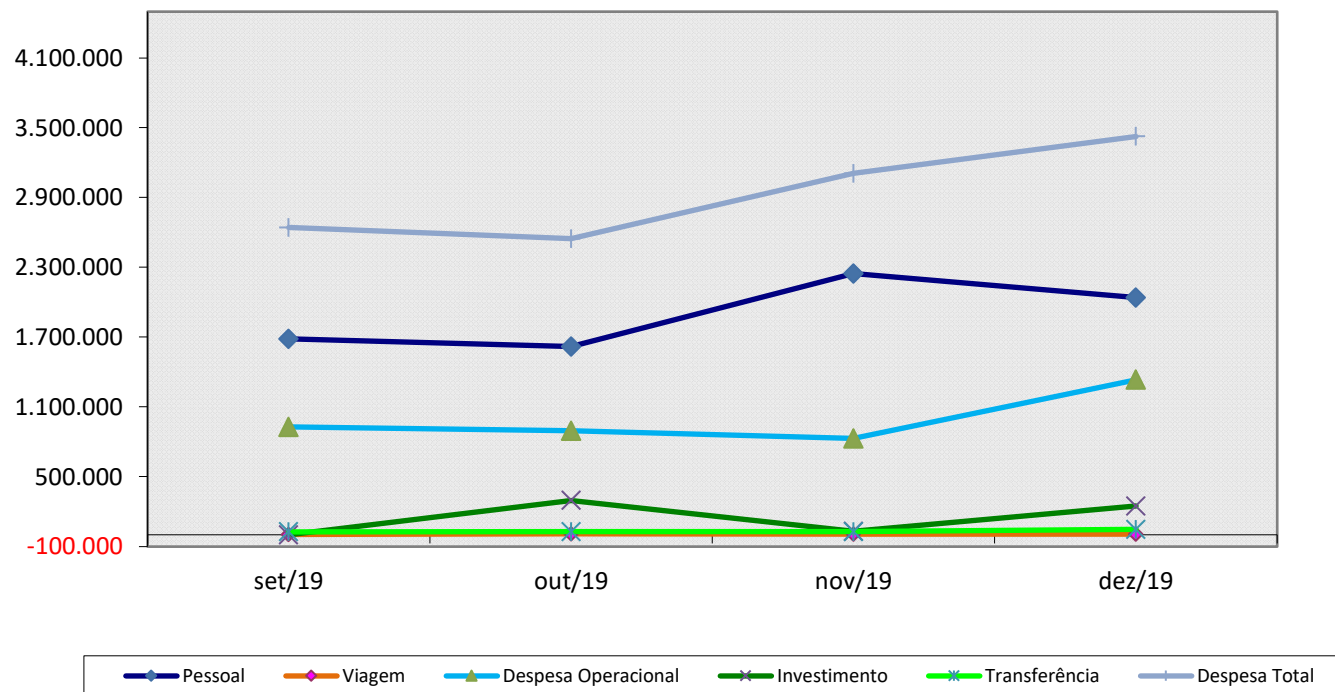
DEZEMBRO

2019

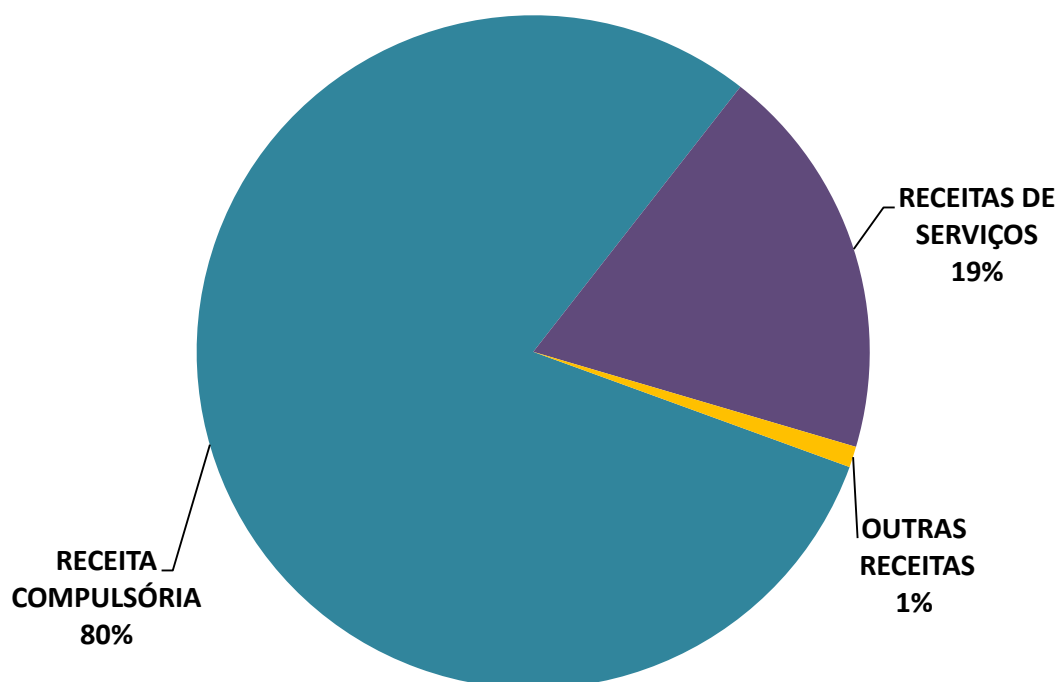
EXECUÇÃO DE RECEITAS X DESPESAS - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDÔNIA

DESCRIÇÃO	set/19	out/19	nov/19	dez/19	TOTAL	%
RECEITA						
Receita Compulsória	1.576.163	1.883.244	1.635.656	3.219.343	8.314.406	80
Receitas de Serviços	530.558	713.067	576.992	148.705	1.969.321	19
Outras Receitas	8.001	5.814	7.312	11.875	33.002	1
Receita Total	2.114.723	2.602.125	2.219.959	3.379.922	10.316.729	100
DESPESAS						
PESSOAL						
Salários	1.244.728	1.190.838	1.410.988	1.339.959	5.186.513	42
Encargos	440.086	427.371	835.931	699.970	2.403.358	20
Soma	1.684.814	1.618.210	2.246.919	2.039.929	7.589.872	62
DESPESAS OPERACIONAIS						
Manutenção Operacional	926.192	893.011	828.661	1.333.419	3.981.283	32
Soma	926.192	893.011	828.661	1.333.419	3.981.283	32
VIAGENS						
(diárias, passagens e hospedagens)	3.530	8.286	4.475	6.076	22.365	1
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES	26.286	26.795	26.410	46.954	126.444	1
Soma						
TOTAL DESPESAS CORRENTES	2.640.822	2.546.301	3.106.464	3.426.377	11.719.964	96
INVESTIMENTOS						
Obras e instalações	0	291.219	0	0	291.219	2
Equipamentos e Mat. Permanente	0	4.269	29.070	247.590	280.929	2
Soma	0	295.488	29.070	247.590	572.148	4
INVERSÕES FINANCEIRAS						
Aquisição de Imóveis	0	0	0	0	0	0
Despesa Total	2.640.822	2.841.789	3.135.534	3.673.967	12.292.112	100
Resultado (mês)	-526.099	-239.664	-915.575	-294.045	-1.975.383	
Caixa e Equivalente de Caixa	1.471.172	982.332	5.556.916	1.360.692		

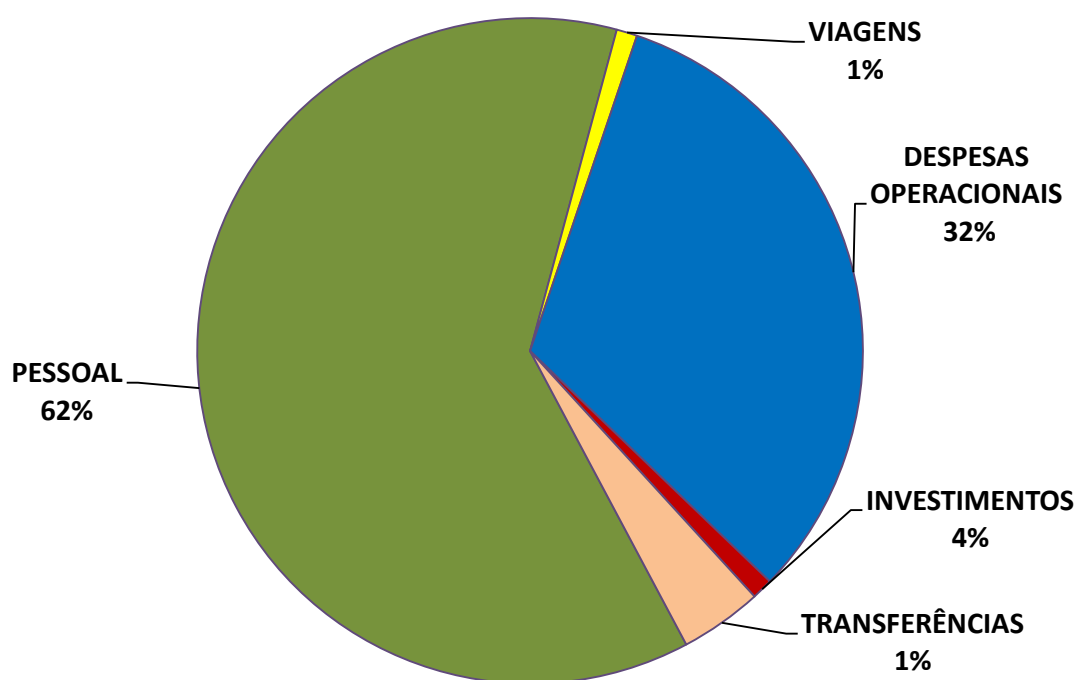
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS - SETEMBRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019



ARRECAÇÃO DA RECEITA - SETEMBRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019



EXECUÇÃO DAS DESPESAS - SETEMBRO DE 2019 A DEZEMBRO DE 2019



JANEIRO

A

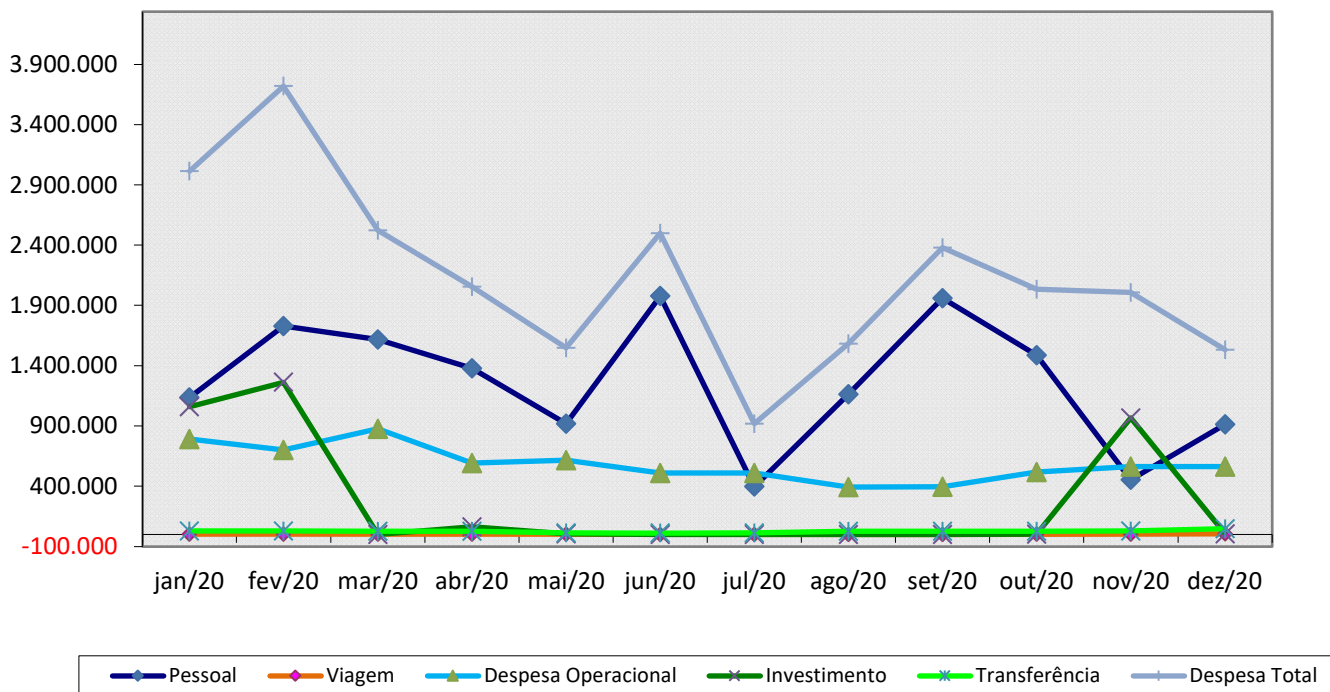
DEZEMBRO

2020

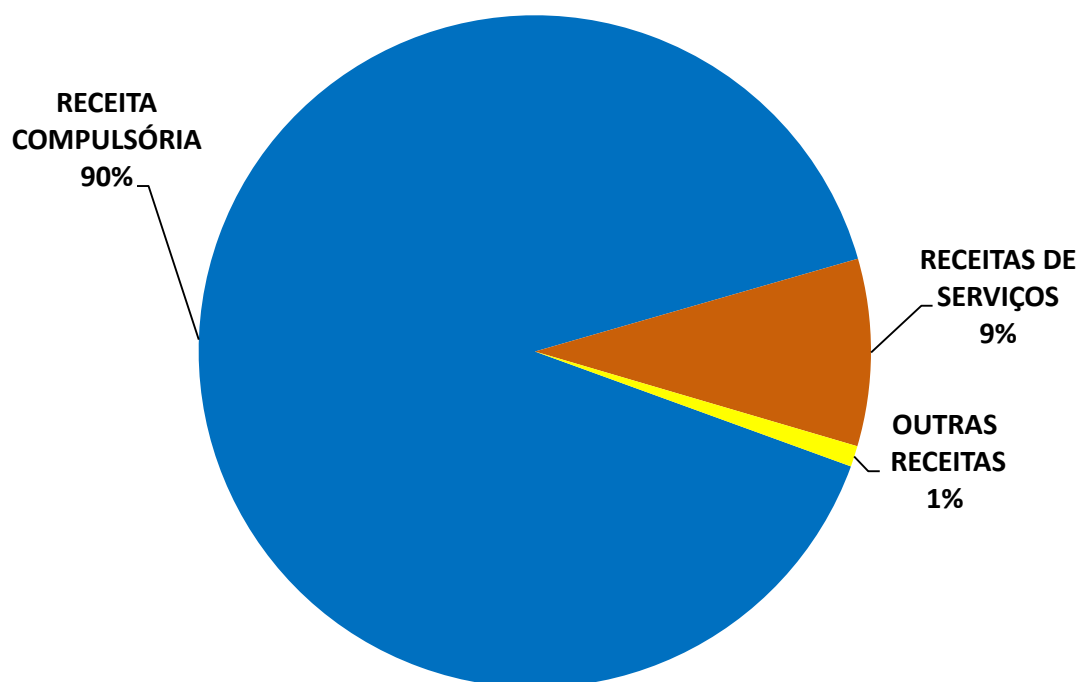
EXECUÇÃO DE RECEITAS X DESPESAS - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDÔNIA

DESCRIÇÃO	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	TOTAL	%
RECEITA														
Receita Compulsória	2.110.369	1.616.686	1.546.949	3.797.826	690.866	623.092	654.138	1.453.544	1.517.493	1.574.357	1.608.150	2.939.750	20.133.220	90
Receitas de Serviços	212.862	269.155	265.079	193.448	207.347	145.306	111.333	21.167	574.416	46.464	21.899	7.422	2.075.899	9
Outras Receitas	10.631	9.740	12.818	7.972	6.370	6.780	9.962	19.497	5.222	6.255	4.789	4.304	104.342	1
Receita Total	2.333.862	1.895.582	1.824.846	3.999.247	904.583	775.178	775.434	1.494.207	2.097.132	1.627.076	1.634.839	2.908.076	22.270.060	100
DESPESAS														
PESSOAL														
Salários	852.780	1.324.172	1.081.298	930.378	685.544	1.263.182	341.866	838.142	1.206.754	807.087	190.936	553.357	10.075.497	39
Encargos	281.989	404.419	536.659	446.942	231.486	714.491	54.475	325.557	752.616	680.538	261.082	360.303	5.050.557	19
Soma	1.134.770	1.728.591	1.617.957	1.377.321	917.030	1.977.674	396.341	1.163.699	1.959.370	1.487.625	452.018	913.660	15.126.054	58
DESPESAS OPERACIONAIS														
Manutenção Operacional	790.509	699.963	875.582	590.548	615.433	509.322	509.663	392.981	395.355	518.026	560.674	563.196	7.021.253	27
Soma	790.509	699.963	875.582	590.548	615.433	509.322	509.663	392.981	395.355	518.026	560.674	563.196	7.021.253	27
VIAGENS														
(diárias, passagens e hospedagens)	1.339	2.182	2.540	326	437	-376	0	0	0	86	1.477	4.383	12.394	1
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES	27.761	27.096	26.035	24.421	12.744	11.734	12.197	24.614	25.587	26.452	26.966	47.227	292.833	1
Soma	1.954.378	2.457.833	2.522.114	1.992.616	1.545.644	2.498.354	918.200	1.581.294	2.380.312	2.032.189	1.041.136	1.528.465	22.452.534	87
INVESTIMENTOS														
Obras e instalações	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equipamentos e Mat. Permanente	1.059.073	1.262.566	0	62.650	2.880	0	0	0	0	2.235	965.995	3.500	3.358.898	13
Soma	1.059.073	1.262.566	0	62.650	2.880	0	0	0	0	2.235	965.995	3.500	3.358.898	13
INVERSÕES FINANCEIRAS														
Aquisição de Imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa Total	3.013.450	3.720.398	2.522.114	2.055.266	1.548.524	2.498.354	918.200	1.581.294	2.380.312	2.034.424	2.007.131	1.531.965	25.811.432	100
Resultado (mês)	-679.589	-1.824.816	-697.268	1.943.981	-643.941	-1.723.175	-142.766	-87.087	-283.180	-407.348	-372.292	1.376.111	-3.541.372	
Caixa e Equivalente de Caixa	3.397.565	3.741.941	3.252.296	2.840.493	2.966.095	6.694.604	6.130.796	5.662.091	4.874.074	3.895.504	3.884.095	3.230.099		

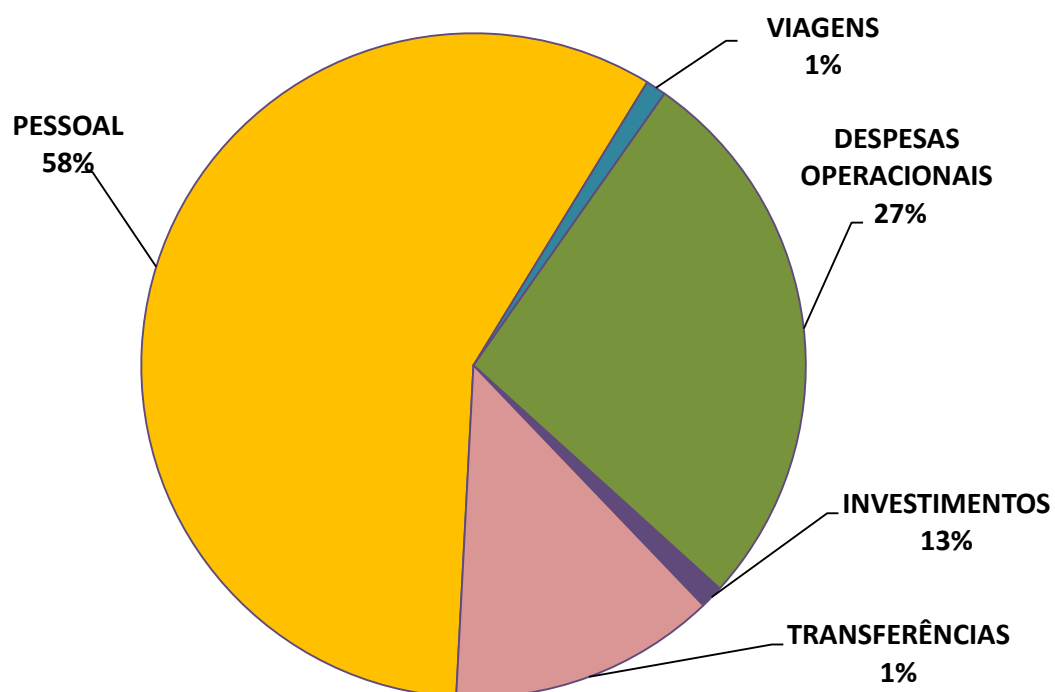
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS - JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020



ARRECAÇÃO DA RECEITA - JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020



EXECUÇÃO DAS DESPESAS - JANEIRO DE 2020 A DEZEMBRO DE 2020



JANEIRO

A

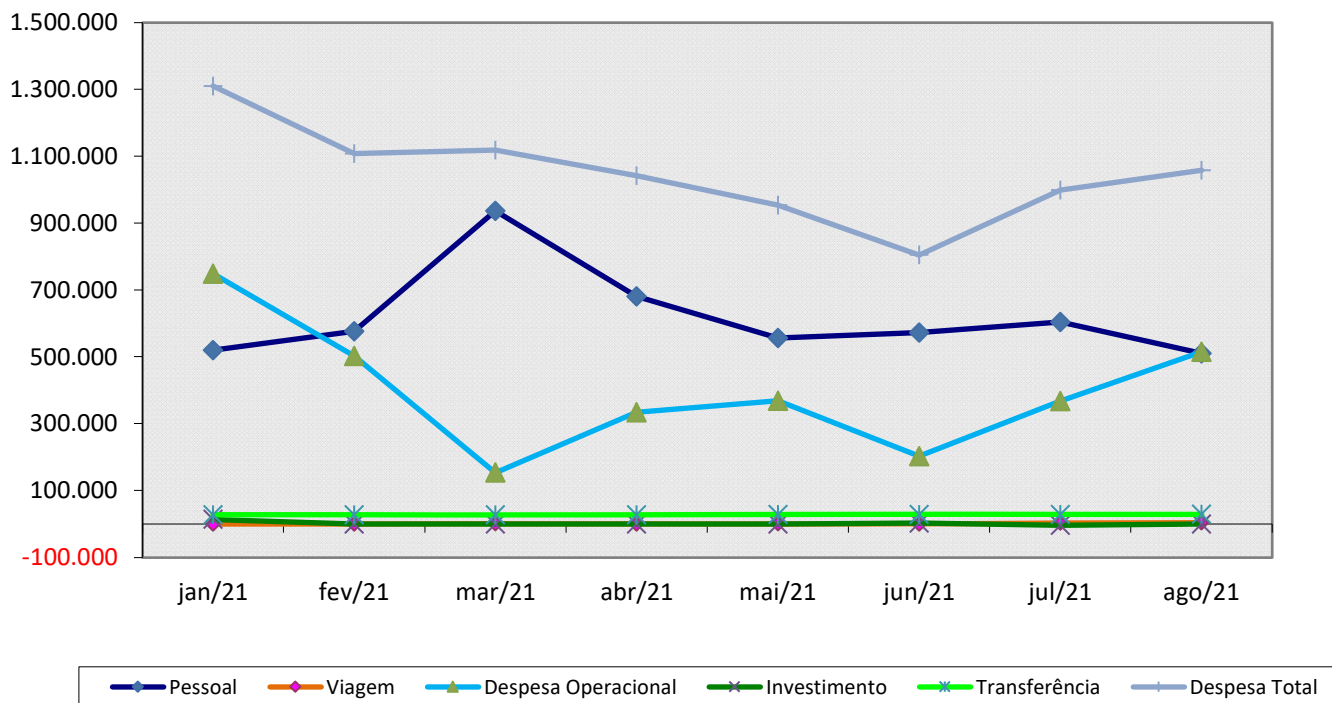
AGOSTO

2021

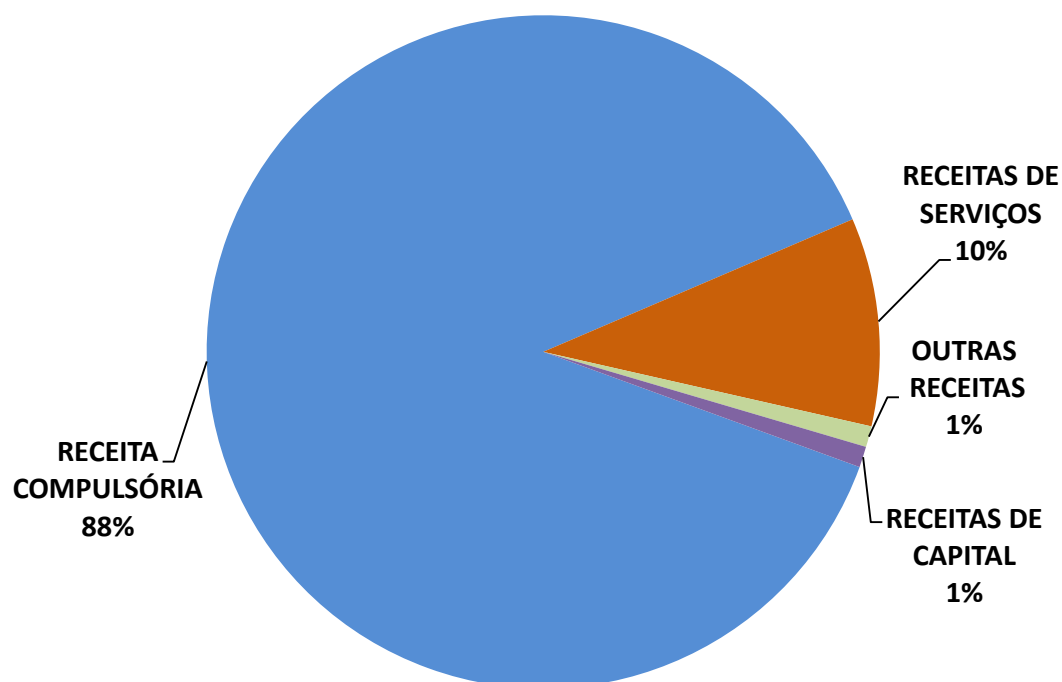
EXECUÇÃO DE RECEITAS X DESPESAS - DEPARTAMENTO REGIONAL DE RONDÔNIA

DESCRIÇÃO	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	TOTAL	%
RECEITA										
Receita Compulsória	1.661.203	1.472.373	1.633.631	1.854.586	1.721.196	1.716.587	1.728.246	1.759.649	21.512.780	88
Receitas de Serviços	52.103	27.666	40.961	88.555	19.673	88.859	59.045	168.554	2.600.199	10
Outras Receitas	12.253	5.135	8.768	10.421	15.279	19.166	24.301	31.400	163.252	1
Receitas de Capital	0	34.200	0	0	0	0	0	0	34.200	1
Receita Total	1.725.559	1.539.374	1.683.361	1.953.562	1.756.147	1.824.612	1.811.592	1.959.602	24.310.431	100
DESPESAS										
PESSOAL										
Salários	387.947	443.914	794.451	567.076	432.713	439.687	469.804	393.229	9.070.324	45
Encargos	131.897	132.451	142.068	113.438	123.771	132.140	134.532	116.930	3.187.157	16
Soma	519.844	576.364	936.519	680.514	556.485	571.827	604.336	510.159	12.257.480	61
DESPESAS OPERACIONAIS										
Manutenção Operacional	748.803	502.860	153.738	333.764	368.061	202.374	366.992	515.042	6.951.046	35
Soma	748.803	502.860	153.738	333.764	368.061	202.374	366.992	515.042	6.951.046	35
VIAGENS										
(diárias, passagens e hospedagens)	0	183	252	115	254	0	2.184	3.611	22.874	1
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES	27.481	27.798	27.061	27.233	28.393	28.323	28.501	28.979	329.778	2
Soma										
TOTAL DESPESAS CORRENTES	1.296.128	1.107.205	1.117.569	1.041.626	953.193	802.525	1.002.013	1.057.791	19.561.179	99
INVESTIMENTOS										
Obras e instalações	0	0	0	0	0	0	0	0	291.219	1
Equipamentos e Mat. Permanente	13.672	0	0	0	0	2.365	-3.817	0	45.559	0
Soma	13.672	0	0	0	0	2.365	-3.817	0	336.778	1
INVERSÕES FINANCEIRAS										
Aquisição de Imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa Total	1.309.800	1.107.205	1.117.569	1.041.626	953.193	804.890	998.196	1.057.791	19.897.957	100
Resultado (mês)	415.758	432.168	565.791	911.936	802.955	1.019.722	813.396	901.812	4.412.475	
Caixa e Equivalente de Caixa	5.009.149	5.612.069	5.817.307	6.192.340	6.984.608	7.182.057	7.675.344	8.256.644		

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS - JANEIRO DE 2021 A AGOSTO DE 2021



ARRECAÇÃO DA RECEITA - JANEIRO DE 2021 A AGOSTO DE 2021



EXECUÇÃO DAS DESPESAS - JANEIRO DE 2021 A AGOSTO DE 2021

